

Património cultural jacobeu, turismo e peregrinação: O Caminho Português Interior de Santiago de Compostela (CPIS)



Xerardo Pereiro (coord.)



utad UNIVERSIDADE
DE TRÁS-OS-MONTES
E ALTO DOURO

 **Cetrad**
Centro de Estudos Transdisciplinares para o Desenvolvimento

PASOS
Revista de Turismo y Patrimonio Cultural

Colección PASOS edita, nº 25

*Património cultural jacobeu,
turismo e peregrinação:
O Caminho Português Interior de
Santiago de Compostela (CPIS)*

Xerardo Pereiro (Coord.)



Revista de Turismo y Patrimonio Cultural

Pasos Edita, 25

www.pasosonline.org

Turismo e peregrinação: O Caminho Português Interior de Santiago de Compostela (CPIS)/ Xerardo Pereiro (coordenação)/ Arlindo Cunha de Magalhães, Eunice Salavessa, Olinda Santana, Artur Alves, Xerardo Pereiro, Carlos Gomes, Ricardo Bento, Santiago Prado, Pedro Azevedo, Nieves Losada (autores)/ Tenerife: PASOS, RTPC / 2019/ 220 p. incluída bibliografía.

1. Turismo I 2. Ciencias Sociales II 3. Culturas turísticas III 4. Peregrinación IV. I Xerardo Pereiro (Coord.) II “Património cultural jacobeu, turismo e peregrinação: O Caminho Português Interior de Santiago de Compostela (CPIS)” III PASOS, Revista de Turismo y Patrimonio Cultural. IV Colección PASOS Edita

Sistema de Clasificación Decimal Dewey: 300 - 330

Edita:

PASOS, Revista de Turismo y Patrimonio Cultural
P.O. Box 33.38360 · El Sauzal
Tenerife (España)
Director de la colección: Agustín Santana Talavera
www.pasosonline.org - Colección PASOS Edita, 25.

Diseño de Portada: Imaginario
Imagen de cubierta: Carlos Gomes y Readytopub
ISBN (e-book): 978-84-88429-40-7

Web do CPIS: <https://cpis.utad.pt/>

Contactos: Centro de Estudos Transdisciplinares para o Desenvolvimento (CETRAD), Departamento de Economia, Sociologia e Gestão (DESG), Escola de Ciências Humanas e Sociais (ECHS) Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD) Edifício do Pólo II da ECHS, Quinta de Prados, 5000-103- Folhadela -VILA REAL (PORTUGAL); Mail do CETRAD: ce-trad@utad.pt - Web do CETRAD: www.cetrad.utad

APOIOS

“Este trabalho enquadra-se no projeto de I&D “Património cultural da Euro-região Galiza-Norte de Portugal: Valorização e Inovação. GEOARPAD” Programa operativo EP - INTERREG V A Espanha - Portugal (POCTEP). Convocatória 1, Identificador 769- GEOARPAD (0358_GEOARPAD_1_E), financiado pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) através do Programa de Cooperação INTERREG V-A Espanha-Portugal 2014-2020 (POCTEP)”



"This work is part of the R & D project" Cultural Heritage of the Northern-Galicia-North of Portugal: Valuation and Innovation. GEOARPAD "Operational program EP - INTERREG V Spain - Portugal (POCTEP). Call 1, Identifier 769- GEOARPAD (0358_GEOARPAD_1_E), funded by the European Regional Development Fund (ERDF) through the INTERREG V-A Spain-Portugal 2014-2020 Cooperation Program (POCTEP) "

PT: Este trabalho do CETRAD é financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto UID/SOC/04011/2019.

EN: This work of CETRAD is supported by national funds, through the FCT – Portuguese Foundation for Science and Technology under the project UID/SOC/04011/2019.

AGRADECIMENTOS

Muito agradecemos a Cristina Sánchez-Carretero (CSIC-INCIPIT, Santiago de Compostela) e a Rubén Lois González (Departamento de Geografia da Universidade de Santiago de Compostela), o convite que nos fizeram para participar no projeto GEOARPAD. A António Fontainhas Fernandes (Magnífico Reitor da UTAD) e a Alberto Baptista (Pró-Reitor da UTAD para os projetos estruturantes) o apoio constante e incansável ao desenvolvimento do projeto Geoarpad na UTAD. A Ana Rita Dias (Vice-presidenta da Câmara Municipal de Vila Pouca de Aguiar), pelo seu estímulo e apoio constante ao projeto de investigação. A Gerard Baume (Federação Europeia dos Caminhos de Santiago), pelo seu grande apoio na fase inicial deste projeto. Aos técnicos de turismo dos municípios do CPIS, especialmente a Catarina Chaves (Vila Pouca de Aguiar), Cristina Gomes (Castro Daire) e Filipa Leite (Chaves) pela confiança e constante apoio na nossa pesquisa e por fornecerem-nos dados fundamentais para compreender o CPIS. Aos bolseiros do CETRAD Carlos Gomes e Artur Alves pelo seu empenho em concretizar o projeto e o seu apoio aos investigadores efetivos do CETRAD. Aos estudantes da licenciatura em turismo, à AEPGA (Associação para o Estudo e Proteção do Gado Asinino, ver <https://www.aepga.pt/>) e à Cátedra UNESCO da UTAD em “Geoparques, Desenvolvimento Regional Sustentável e Estilos de Vida Saudáveis” (<https://unescochairutad.wordpress.com/>) pela cooperação, participação e integração deste projeto sobre o CPIS e muitas das suas atividades (ex. caminhadas e visitas de estudo) nas atividades científicas e pedagógicas dos cursos de formação e do programa social de eventos académicos. A Rafael Sánchez-Bargiela (ex-gerente do Xacobeo – Xunta de Galicia), pelo estímulo e apoio constante aos caminhos de Santiago e ao CPIS em particular. Aos historiadores Arlindo Cunha de Magalhães e Paulo Almeida Fernandes, por partilhar, de forma generosa e solidária, com nós na UTAD toda a sua sabedoria sobre o CPIS e os patrimónios culturais jacobeus em Portugal.

*Património cultural jacobeu,
turismo e peregrinação:
O Caminho Português Interior de
Santiago de Compostela (CPIS)*

ÍNDICE

Agradecimentos

Prefácios

António Fontainhas Fernandes (Magnífico Reitor da UTAD)

Timothy Koehnen (Diretor do CETRAD)

Ana Rita Dias (Vice-presidenta da CM de Vila Pouca de Aguiar)

Antonio Ponte (Diretor Regional da Cultura do Norte)

Apresentação da publicação

Breve apresentação. O Caminho Português Interior de Santiago de Compostela visto de perto e de longe - Xerardo Pereiro (Coordenador do projeto GEOARPAD na UTAD) 1

Capítulos

Capítulo 1. Viseu > Vila Real > Chaves: Da devoção ao turismo: O Caminho Português Interior de Santiago de Compostela (Arlindo Cunha de Magalhães - Universidade Católica Portuguesa) 5

Capítulo 2. Iconografia jacobea no CPIS e proteção dos bens culturais da Igreja (Eunice Salavessa - UTAD) 37

Capítulo 3. Paisagem cultural sagrada no CPIS (Olinda Santana e Artur Alves - UTAD)	59
Capítulo 4. Perfil, motivações e experiências dos peregrinos do CPIS (Xerardo Pereiro e Carlos Gomes - UTAD)	79
Capítulo 5. O CPIS enquanto rota transnacional Ibérica: significados e potencialidades (Xerardo Pereiro, Ricardo Bento e Santiago Prado – UTAD /UTAD/UNIR)	113
Capítulo 6. Em torno do Caminho Português Interior de Santiago: o caminho de Santiago por Terras de Basto (Vila Real-Mondim de Basto) (Pedro Azevedo – UTAD)	151
Capítulo 7. De Farminhão a Verim: crónicas, reflexões e recomendações para caminhar no Caminho Português Interior de Santiago de Compostela (Carlos Gomes – UTAD)	165
Capítulo 8. Plano estratégico de comunicação e marketing do Caminho Português Interior de Santiago de Compostela (Nieves Losada – UTAD)	189
Breve CV dos autores	201

Prefácio 1

O Caminho de Santiago é uma rota seguida por milhares de peregrinos desde o início do século IX, desde que foi descoberto o sepulcro do Apóstolo Santiago o Maior. Desde essa época, milhares de peregrinos provenientes de diversas partes do mundo trilham os caminhos que conduzem à catedral de Santiago de Compostela, onde se venera o Apóstolo. A popularidade da peregrinação tem aumentado de forma significativa por motivos religiosos, mas essencialmente culturais e turísticos.

A crescente procura dos Caminhos de Santiago enquanto roteiro turístico, abre novas oportunidades para o desenvolvimento das regiões, o que exige uma aposta no conhecimento, na inovação e delinear novos formatos e conceitos, face à crescente exigência e competitividade dos mercados turísticos.

É neste contexto que se insere este livro, que reúne importantes contributos para formular propostas de melhoria do “Caminho Português Interior de Santiago de Compostela”. Procura explorar novas oportunidades locais para a valorização económica dos patrimónios culturais e paisagísticos, bem como dos sítios que integram esta rota.

Desta forma, a investigação desenvolvida no âmbito do projeto Geopad pode contribuir para a valorização dos recursos endógenos, identificando recursos patrimoniais e culturais. A sua valorização económica tem um impacto positivo no desenvolvimento regional, com reflexo na criação de empregos e assim atenuar o crescente declínio demográfico.

Este projeto constitui um espaço de partilha que une dois países pela cultura e pela agenda do conhecimento e do desenvolvimento regional. Mas também de partilha com a sociedade, pois a informação reunida será disponibilizada numa publicação em “open access”.

Este trabalho multidisciplinar desenvolvido por investigadores de diferentes áreas científicas da UTAD comprova as potencialidades do património jacobeu português e da paisagem cultural sagrada vinculada à ruralidade e, particularmente, do transmontano. Comprova que não há, nem na Europa nem em Portugal, uma concentração maior de lugares de culto jacobeu e de devoções afins do que em Trás-os-Montes. O percurso entre Viseu e Chaves tem, à sua volta, mais paróquias, ermidas e confrarias jacobeias e gonçalinas do que o próprio caminho francês. Mostra ainda as

potencialidades que este trajeto pode trazer para o desenvolvimento social, económico e humano sustentável das comunidades do Interior do país.

Na atual economia da experiência, de cada vez mais é fundamental apostar em projetos multidisciplinares desta natureza, pois o conhecimento e a inovação são determinantes para o aparecimento de novas atividades e serviços que combinem elementos culturais, criativos, educativos e de entretenimento.

Percorrer o Caminho de Santiago é uma forma de viajar ao ritmo de outros séculos, uma fonte de diversidade cultural, económica e social. Percorrer o Caminho de Santiago é também um recurso turístico decisivo, com um papel incontornável no desenvolvimento local que fornece as bases para negócios emergentes e inovadores.

Professor Doutor António Fontainhas Fernandes

Magnífico Reitor da UTAD (Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro)

Presidente da CRUP (Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas)

Prefácio 2

O livro agora publicado resulta do trabalho de uma equipa liderada por Xerardo Pereiro, Membro Integrado do CETRAD, na Linha Temática 4: Turismo e Desenvolvimento do Centro de Estudos Transdisciplinares para o Desenvolvimento (CETRAD) e Coordenador do projeto de investigação “Património Cultural da Euro-região Galiza-Norte de Portugal: Valorização e Inovação. GEOARPAD”.

Este livro sobre “O Caminho Português de Santiago de Compostela”, procura conhecer o perfil e as motivações dos peregrinos e, por isso, é um contributo importante para formular propostas de melhoria do Caminho Português Interior de Santiago de Compostela (CPIS) e de procurar criar dinâmicas locais para a valorização económica dos patrimónios dos sítios por onde passa. A investigação apresentada é assim o um produto de vários anos de investigação desenvolvido no âmbito do projeto Geoarpad.

A investigação do CETRAD visa o desenvolvimento local, a partir da valorização dos recursos endógenos e procura fazê-lo de três maneiras: (1) identificar recursos (por exemplo, caminhos de Santiago e património e cultura associados); (2) dar prioridade à ligação entre maior desenvolvimento endógeno e inclusão social; e (3) inovar para aumentar a competitividade e valorização económica dos recursos, para criação de empregos e mitigação do declínio demográfico.

Este livro e a investigação que lhe está associada, enquadra-se plenamente nos objetivos de investigação do CETRAD, em particular no Grupo de Investigação “Turismo, Identidades e Património Cultural“, investigação que é fundamental para suportar os cursos de turismo lecionados na UTAD. Em conclusão, este livro representa mais um passo relevante para um conhecimento mais aprofundado sobre o turismo no interior e assim contribuir para a afirmação do CETRAD nesta área de estudo e visa fortalecer a valorização do CPIS como um instrumento para a valorização dos recursos do território e para o desenvolvimento local.

Prof. Dr. Timothy Koehnen

Diretor do CETRAD (Centro de Estudos Transdisciplinares para o Desenvolvimento)

Prefácio 3

Falar de Caminhos de Santiago é abrir um livro interminável de experiências, de saberes, de histórias, de vidas...

Este estudo realizado sobre o mais difícil mas mais bonito caminho a Santiago de Compostela, reflete um trabalho exaustivo e dedicado a um caminho esquecido pelas “massas” mas lembrado por aqueles que querem pensar e Viver o Verdadeiro Caminho a Santiago.

Numa estratégia integrada de desenvolvimento económico de oito concelhos do Interior de Portugal, sobre a temática “Caminho de Santiago”, este estudo mostra o património material e imaterial que estes podem promover e dinamizar, fazendo-nos concluir que efetivamente o Caminho Português Interior de Portugal, apesar de milenar, ainda agora começou, pois, se muito se fez, mais ainda há para fazer, quer seja no âmbito do Turismo, quer seja pelas “gentes” que recebem e acolhem os peregrinos.

Dr.a Ana Rita Dias

Vice-presidenta da Câmara Municipal de Vila Pouca de Aguiar e
Presidenta da Federação Portuguesa dos Caminhos de Santiago

Prefácio 4

Decreto-Lei n.º 51/2019, de 17 de abril: um CAMINHO para a normalização

“Os caminhos de Santiago nasceram como caminhos de fé, mas tornaram-se vias que facilitaram o intercâmbio cultural. Por eles passaram, ao longo dos séculos, incontáveis peregrinos de todos os países da Europa, contribuindo substancialmente para o intercâmbio de pessoas, ideias e bens. Através dos caminhos de Santiago, difundiram-se ideias políticas, movimentos estéticos, estilos arquitetónicos, doutrinas teológicas, sistemas filosóficos, devoções e produtos. À sua beira construíram-se igrejas, conventos, hospitais, albergues e hospícios para acolher os peregrinos, prestar-lhes assistência religiosa e cuidar dos doentes”. SILVA, José Antunes da: Caminhos de Santiago: uma Europa peregrina, pp.337 (<https://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/12690/1/silva.pdf>, 2019.04.23)

Este Caminho de Peregrinação é uma expressão essencial da Cultura da Europa e marca a nossa identidade coletiva, sendo uma manifestação que não distingue pessoas, géneros e posições sociais.

Depois de terem sido reconhecidos como o primeiro itinerário cultural do Conselho da Europa, em 1987, os caminhos de peregrinação a S. Tiago de Compostela têm vindo a afirmar-se como um dos principais elos de relação da Cultura Europeia.

Ao longo dos últimos anos entidades públicas e privadas, reconhecendo a importância deste itinerário, têm vindo a promover um conjunto de iniciativas que procuram valorizar os Caminhos de Santiago, tanto do ponto de vista material, através da colocação de sinalética de apoio, da recuperação de património cultural ao longo destas vias, bem como através de campanhas de investigação e de promoção deste recurso patrimonial e socioeconómico.

Todavia, é comumente reconhecido que muitas destas iniciativas adquirem um carácter disperso, sem sistematização, com resultados necessariamente desiguais e nem sempre satisfatórios para os peregrinos.

Agentes de diversa natureza, associações de peregrinos, municípios, vinham já há algum tempo a reivindicar a produção de legislação que regu-

lasse em território português este itinerário e agregasse as diferentes ações de forma mais articulada e eficaz. Pretende-se, nomeadamente, garantir a coerência dos itinerários, facilitar uma gestão racional dos equipamentos e criar uma página eletrónica nacional onde os peregrinos consigam aceder à informação essencial sobre todos os itinerários certificados em Portugal.

Reconhecendo a importâncias cultural, patrimonial e económica dos Caminhos de Santiago o Governo de Portugal, através do Ministério da Cultura e do Ministério da Economia, criaram o Decreto-Lei n.º 51/2019, de 17 de abril, que Regula a valorização e promoção do Caminho de Santiago, através da certificação dos seus itinerários.

O Artigo 2.º do DL 51/2019 considera “...«itinerário do Caminho de Santiago», para efeitos de certificação, um itinerário de peregrinação utilizado, no território português, pelos peregrinos em direção a Santiago de Compostela, que seja de uso consistente, comprovado por fontes históricas, vestígios materiais ou tradição documentalmente registada, bem como o património cultural e natural que lhe seja associado, que observe os critérios de certificação previstos no anexo 1 do presente decreto-lei e do qual faz parte integrante.”

É designada uma comissão de certificação sob a égide das tutelas da Cultura e da Economia, são identificadas as entidades gestoras dos itinerários e é criado um Conselho Consultivo no sentido de envolver o mais largo conjunto de parceiros no processo de reconhecimento e valorização dos Caminhos de Santiago em Portugal.

Estamos convictos que poderão estar criadas condições para uma regulamentação / normalização do Caminho de Santiago em Portugal, para uma mais eficaz gestão e valorização deste recurso cultural e patrimonial, resultado num efetivo ganho cultural e socioeconómico das populações e dos caminheiros que o percorrem.

António Ponte

Diretor Regional de Cultura do Norte

Maió/2019

Capítulo 5

O Caminho Português Interior de Santiago de Compostela enquanto rota transnacional Ibérica: significados e potencialidades

Xerardo Pereiro, Ricardo Bento e Santiago Prado

Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD)

Universidad Internacional de La Rioja (UNIR)

Centro de Estudos Transdisciplinares para o Desenvolvimento (CETRAD)

xperez@utad.pt / rbento@utad.pt / santiago.prado@unir.net

Introdução

O turismo é uma forma de falar do poder, o turismo tem o poder de nomear o que é produto, destino e atrativo turístico (cf. Nogués Pedregal, 2019). Este texto tem como objetivo abordar o Caminho Português Interior de Santiago de Compostela (CPIS) desde a perspectiva da definição da sua rota turístico-cultural e das suas possibilidades de desenvolvimento. Iniciamos o texto com um enquadramento teórico das rotas e os itinerários culturais para logo analisar a legitimação historicista da construção social e política desta rota. Para isso selecionamos três dos guias mais importantes que descrevem esta rota, e frisamos o seu poder para representar o território e moldar a experiência do visitante. Finalmente apresentaremos uma análise do potencial estratégico e das possibilidades de desenvolvimento desta rota turístico-cultural.

1. O CPIS enquanto rota turístico-cultural: miradas teóricas

O antropólogo Luís Vale considera que no interior de Portugal assistimos à criação de quatro tipos de novas ruralidades (Vale, 2011):

1. Aquelas que são resultado da patrimonialização, com mais ou menos folclorização e politização cultural do território como um emblema identitário;

Figura 1. Imagem do percurso do CPIS



Fonte: Web oficial do CPIS (<http://www.cpisantiago.pt/>)

2. Aquelas fruto da destradicionalização, isto é, da manipulação da tradição seguindo uma nova lógica interpretativa e de intervenção (ex. desaparecimento dos velhos socalcos das vinhas do Douro e criação de vinhas ao alto; casas de emigrantes retornados...).
3. Aquelas classificadas como “ruralismo por formatação”, que seguem um modelo cultural híbrido global e que apresentam um novo “tuning cultural”, embrulho ou etiqueta para os produtos ditos rurais (ex. parques temáticos, feiras, museus, exposições, algumas arquiteturas, rotas turístico-culturais, trilhos pedestres, ciclovias...). DOURO
4. As que resultam da turistificação, consequência do despovoamento, a desruralização e a desagrarização, orientadas a um público citadino que idealiza o rural e consome símbolos rurais com base numa ideologia pastoralista (Marx, 1964) e também de sustentabilidade.

Consideramos o CPIS como uma rota turístico-cultural do interior de Portugal que participa nestes quatro processos de mudança social, cultural e territorial. E que sentido tem a criação destas rotas culturais e em especial a do CPIS? As rotas turístico-culturais são um dos produtos turísticos mais habituais nas últimas décadas devido à mercantilização da cultura e do património cultural e da multiplicação do desenvolvimento territorial do turismo (Briedenhann e Wickens, 2004; Hernández Ramírez, 2015). As rotas turístico-culturais refuncionalizam, resignificam e rematerializam territórios por via da criação de uma narrativa temática para o turismo. Através da sua criação replica-se um modelo global de turistificação para produzir particulares diferenças territoriais e comunitárias nos destinos turísticos.

Rotas e itinerários culturais representam um conjunto de produtos e experiências turísticas em rede, uma seleção de elementos naturais, culturais e patrimoniais para criar uma linha de pontos ou atrações a visitar e no fundo

um discurso e um relato para motivar e seduzir os visitantes. De acordo com o antropólogo Javier Hernández Ramírez (2015), o boom automobilístico e turístico, a partir do fim da Segunda Guerra Mundial, estão interligados e tem possibilitado a criação de rotas culturais. Ambos materializam um sistema social de valores com base na autonomia individual e familiar, a independência, a mobilidade e a possibilidade de exploração de um território livres de muitas pressões. Mas hoje em dia nem todas as rotas turístico-culturais são feitas ou pensadas para o automóvel.

Há muitos tipos de rotas culturais (ex. terrestres, marítimas, fluviais...), ainda que em todas elas predominam alguns elementos constantes: infraestruturas de alojamento, restauração, miradouros, guias, sinalização, mapas, navegadores, GPS, etc. A experiência humana do percurso destas rotas é multissensorial mas o visual predomina. Muitas das rotas culturais são desenhadas em áreas rurais ou rurbanas, e com uma ideia de tempo, espaço e ritmo diferente da do mundo de procedência dos visitantes. A maioria das rotas culturais tentam divulgar determinados atributos e singularidades do destino de acordo com as regras globais do mercado turístico e dos interesses dos visitantes (cf. Hernández Ramírez, 2015). A geografia turística de muitos destinos adquire uma retórica sobre a paisagem e o território que permite diferentes leituras por parte dos visitantes e visitados.

As rotas culturais são uma receita universal para narrar e tematizar territórios e destinos particulares, são como uma espécie de linguagem ou gramática que se expressa e representa sobre o território. As rotas apresentam também uma diversidade de situações e podem ser temáticas ou monográficas, mistas e genéricas, ou sobre atributos (ex. cinema, literatura, artes,...), mas todas elas resignificam o território a modo de collage e em função muitas vezes dos valores alóctones (cf. Herrero, 2011) confrontados com valores e visões autóctones.

As rotas e itinerários culturais foram desenvolvidos nos anos 1980 e 1990 pelo Conselho de Europa e pela UNESCO (cf. Hafele, 2013). O Conselho da Europa, com base na Declaração de Santiago de Compostela de outubro de 1987, iniciou a programação de um conjunto de rotas culturais com o objetivo principal de demonstrar como as raízes culturais da identidade europeia podem estar na base de uma Europa unida e coesa. Este programa tem hoje 31 rotas certificadas que promovem a diversidade e a identidade cultural da Europa, e o primeiro itinerário cultural a ser declarado em Europa foi o Caminho de Santiago de Compostela, em 1987, hoje em dia ainda uma referência europeia e global.

Uma década mais tarde, em 1997, nasce o Instituto Europeu dos Itinerários Culturais, através de um acordo de cooperação entre o Conselho de Europa e o Luxemburgo, ficando na sede da abadia de Neumunster com a missão de coor-

denar os itinerários culturais europeus numa estratégia de desenvolvimento de um turismo cultural sustentável (cf. <http://www.culture-routes.net/>). As suas funções são o acompanhamento de rotas já eleitas, a coordenação de redes e a assistência técnica, a educação das novas propostas de rotas, assim como a divulgação e a criação de uma base de dados sobre as rotas culturais europeias. Este serviço público europeu visa também: a defesa da identidade europeia, o multiculturalismo, a proteção das minorias, o diálogo inter-religioso, a segurança democrática e a prevenção de conflitos. De acordo com o Instituto Europeu de Itinerários Culturais do Conselho de Europa, uma rota cultural de reconhecimento europeu deve reunir as seguintes condições (cf. <https://www.coe.int/en/web/cultural-routes/certification>):

- Defining a theme representative of European values and common to at least 3 countries of Europe;
- Identifying heritage elements shaped by the geographical as well as cultural, historical and natural features of the different regions;
- Creating a European network with legal status bringing together the sites and the stakeholders which are part of the Route;
- Co-ordinating common actions to encourage different kinds of cultural co-operation, also the scientific level stimulating social debate on its theme, propose to European citizens an interpretation of their common history and shared heritage and provoke a series of coherent activities for young Europeans coming from different cultures and backgrounds and finally encourage cultural tourism and sustainable cultural development;
- Creating common visibility to allow the identification of the items part of the Route, ensuring recognisability and coherence across Europe.

As rotas culturais já certificadas pelo Conselho da Europa podem-se classificar de acordo com os seguintes temas-chave: caminhos de peregrinação, rotas religiosas, rotas comerciais, povos europeus, migrações, personagens europeus, património cultural industrial, património cultural arqueológico, rotas da alimentação, etc. Todas estas rotas culturais são temáticas e também territoriais, abrangendo no mínimo três países europeus, do ponto de vista geográfico. São portanto rotas transnacionais, que por outro lado assumem o turismo como um dos seus fins e usos sociais. Portanto nelas a cultura abraça o turismo como parceiro.

Por outro lado, em 1994, a UNESCO reuniu em Madrid um grupo de especialistas que elaboraram um relatório sobre rotas culturais como parte do património cultural mundial (UNESCO, 1994). O relatório intitulou-se *Report on the Expert Meeting on Routes as a Part of our Cultural Heritage*. Ele reconhece a utilidade do conceito de rotas culturais, que por vezes designa como rotas culturais patrimoniais. Tendo como base, novamente, os Caminhos de

Santiago, enquanto bem cultural declarado património cultural da humanidade desde 1993, o documento advoga pela consideração de certas rotas culturais como parte do património cultural da humanidade, com base no seu valor excecional universal. Além mais, o relatório sublinha o sentido patrimonial, de intercâmbio e de diálogo entre territórios (movimento e diálogo intercultural), e um sentido multidimensional nos seus usos e significados culturais (religiosos, comerciais, administrativos, militares, eventos, acontecimentos desportivos, alimentos, etc.). As rotas culturais são assim consideradas neste documento como um tipo de paisagens culturais, e como uma expressão espaço temporal que envolve elementos materiais e imateriais, e também exclui e baliza o que representam as rotas culturais para a UNESCO:

We intend to consider routes which combine exchanges and journeys and exclude those which are limited to representing a physical way used for travelling: Roman ways would not be classified under this idea of routes although they could still be included on the basis of their architectural or technological interest (for instance) (UNESCO, 1994)

Portanto, para a UNESCO, uma rota cultural deve estar ligada a componentes patrimoniais e ter um sentido patrimonial e identitário antes do que turístico e económico. Este relatório serviu de base para que anos mais tarde, em 1995, a 19ª reunião da Comissão Patrimonial da UNESCO reunida em Berlim, aceitasse oficialmente as rotas culturais como parte dos patrimónios culturais da humanidade. Em 1998 foi criado o Comité Científico Internacional sobre Rotas Culturais (CIIC), ligado ao ICOMOS, o que levou ao desenvolvimento do conceito de rotas culturais e ao estabelecimento de teorias e metodologias para identificar, investigar e implementar “itinerários culturais”. Em 2005, são incorporadas pela UNESCO as *Diretrizes Operacionais para Implementação da Convenção do Património Mundial da UNESCO*, nas que se reconhecem os itinerários culturais como uma das categorias para a inclusão na Lista do Património Mundial. Anos mais tarde, em 2008, o ICOMOS elabora uma carta de itinerários culturais e define estes da seguinte forma:

Toda vía de comunicación terrestre, acuática o de otro tipo, físicamente determinada y caracterizada por poseer su propia y específica dinámica y funcionalidad histórica al servicio de un fin concreto y determinado, que reúna las siguientes condiciones:

- e) Ser resultado y reflejo de movimientos interactivos de personas, así como de intercambios multidimensionales, continuos y recíprocos de bienes, ideas, conocimientos y valores entre pueblos, países, regiones o continentes, a lo largo de considerables períodos de tiempo.
- f) Haber generado una fecundación múltiple y recíproca, en el espacio y en el tiempo, de las culturas afectadas que se manifiesta tanto en su pa-

trimonio tangible como intangible.

- g) Haber integrado en un sistema dinámico las relaciones históricas y los bienes culturales asociados a su existencia. (ICOMOS, 2008, p.2)

Em 2010, o Conselho da Europa adota a Resolução CM/Res (2010) 53228 que estabelece um Acordo Parcial de Alargamento das Rotas Culturais, com o objetivo de facilitar a cooperação entre os países interessados em integrar o Programa de Rotas Culturais. Este acordo possibilita que mais países sejam integrados no programa e assim ajudar no desenvolvimento e promoção das rotas, contribuindo desta forma para a construção de uma identidade europeia comum (Hafele, 2013). Neste documento define-se rota cultural como:

a cultural, educational heritage and tourism co-operation project aiming at the development and promotion of an itinerary or a series of itineraries based on a historic route, a cultural concept, figure or phenomenon with a transnational importance and significance for the understanding and respect of common European values. (Council of Europe, 2010)

Rotas e itinerários culturais aparecem agora impulsionados por muitas organizações públicas e privadas, havendo um pouco por todo lado. Em Portugal (cf. Mota Figueira, 2013), as rotas culturais estão num processo de expansão. Um exemplo são as rotas pedestres, que envolvem elementos culturais e naturais, tanto as pequenas rotas (PR) como as grandes rotas (GR). Dos 308 municípios do país, 198 já têm homologadas alguma rota – 21 GR e 246 PR- (cf. <http://www.fcmpportugal.com/Percursos.aspx>). O registo de um percurso pedestre e a atribuição da numeração é feita a pedido da Entidade Promotora e fica condicionado às Normas da federação de Campismo e Montanhismo de Portugal que têm por objetivo principal a uniformização de critérios para a sua criação e implantação assim como para a promoção e desenvolvimento do pedestrianismo (cf. <http://www.fcmpportugal.com/>). A sua orientação é mais desportiva e de sociabilidade do que outras perspetivas mais culturalistas e patrimonialistas, e de acordo com a Federação de Campismo e Montanhismo de Portugal (2006), um percurso pedestre homologado é:

uma instalação desportiva identificada pelas marcas GR (Grande Rota), PR (Pequena Rota) ou PL (Percurso Local), com o respetivo Número de Registo, e que possui a Marca de Homologação atribuída pela FCMP. Obedece a exigências precisas no tocante ao traçado, marcação e manutenção, nomeadamente no que respeita à segurança dos praticantes e à preservação do meio. É um itinerário sinalizado no terreno através de marcas da FCMP, geralmente em ambientes naturais e/ou ao longo de caminhos tradicionais. Estes percursos só serão válidos se estiverem homologado pela FCMP. (p. 2)

Em linhas gerais, os critérios de criação de um itinerário cultural têm em atenção os valores culturais, a memória histórica, a história, o património cultural e natural, e a pluralidade de identidades de um território e não a monocultura de uma única versão identitária. Os itinerários culturais tem como ideal promover os intercâmbios e os contactos entre os locais e os visitantes, respeitar o meio ambiente e seguir os princípios do desenvolvimento sustentável, procurando assim, evitar ou minimizar os impactos negativos da atividade. Esta última ideia obriga-nos a pensar sobre a capacidade de sustentação do território e a repensar a realização de itinerários para uma determinada escala e dimensão.

Também podemos definir os roteiros culturais como itinerários de visita organizados, nos quais não se apresenta apenas uma sequência de atrações a serem visitadas, procurando-se também, realizar uma leitura sociocultural do território. Este plano de visitas deve ter em conta que as atrações não servem por si sós, precisando de valorização sociocultural, de comunicação e interpretação, de reconhecimento da sua importância e relevância (De Menezes, 2002). Um itinerário ou rota cultural seria, portanto, um caminho sinalizado, através do qual se interpretam elementos culturais do meio ambiente, não apenas para os visitantes como também para os locais, sem descurar a sua vertente de educação patrimonial e ambiental. Alguns itinerários apenas unem pontos de interesse turístico-patrimonial, mas outros são caminhos históricos que têm em atenção não apenas os pontos de interesse como a própria via e a experiência do seu percurso. Para isso é necessário construir uma narrativa temática, isto é, um relato e um *storytelling* sobre o território em questão.

E quais são os objetivos de uma rota ou itinerário cultural? Em primeiro lugar, organizar um território para atrair visitantes e envolver estes em atividades com os locais. Sublinhar aqui a importância didática das rotas culturais para os estudantes locais, e por outro o autoconhecimento do próprio contexto, algo que é possível através de passeios de sociabilidade amical e vizinhal. Em segundo lugar, as rotas ou itinerários culturais têm o objetivo de permitir melhores visitas guiadas, que acabam por ajudar a estruturar (Picazo, 1996, Gómez e G.-Quijano, 2010; Mota Figueira, 2013). Portanto, podemos pensar as rotas culturais como uma ponte e uma mediação entre locais e visitantes, através da qual se constrói o olhar da paisagem para o visitante (Dahles, 1996), como uma estratégia multifuncional de desenvolvimento sustentável.

As rotas culturais representam metaforicamente e metonimicamente um território – destino turístico. Elas não são uma simples soma de informações abundantes ou uma acumulação de pontos de interesse, elas são também uma reflexão subjetiva, um retrato e um espelho de um território (Doctor Cabrera, 2000) e as suas identidades (cf. Mota Figueira, 2013). As rotas turístico-culturais podem apresentar a imagem do “glorioso passado” de um local, mostran-

do a fachada pública do sítio com base em mitos e estereótipos que mascaram uma complexa realidade para além das aparências. Como alternativa, os roteiros podem mostrar a história local, o presente e a sua relação local-global, podem falar de experiências humanas concretas e do quotidiano, contar o bonito e o feio, interpretar o passado e o presente, e ensinar interculturalmente alguns aspetos da face privada ou *background* do local visitado (Dahles, 1996).

2. Definir etapas, escrever no território: As etapas do traçado do CPIS

2.1. Passado e presente do CPIS: de legado cultural esquecido a património cultural reconhecido

Os caminhos de Santiago de Compostela têm como antecedentes os antigos viajantes para o que se imaginava como “fim da terra”, na Galiza (Cunha Magalhães, 2005), e hoje em dia converteram-se em um modelo global de desenvolvimento de rotas turístico-culturais (Margry, 2008). Os caminhos de Santiago representam um símbolo da identidade europeia e também uma estratégia de desenvolvimento turístico local, regional, nacional e internacional (Lois González et al., 2014).

Em Portugal, os antigos caminhos romanos foram usados pelos peregrinos na Idade Média e Moderna (Brochado de Almeida, 2011; Almeida Fernandes, 2014). O Caminho Português Interior de Santiago (CPIS) percorre 205 quilómetros de Viseu até Chaves, no território português, e 182 desde a fronteira com a Galiza (Vilarelho da Raia) até Santiago de Compostela, utilizando a Via da Prata (Verín – Ourense – Santiago de Compostela). O CPIS apresenta uma particularidade diferencial em relação a outros caminhos de Santiago, que é o facto de ser uma via de sentido duplo, permitindo aos peregrinos caminhar a Santiago de Compostela (Norte de Portugal, na Galiza) ou a Fátima (centro de Portugal) em sentido inverso para o Sul.

Se bem a ligação histórica do CPIS com o culto de Santiago está bem documentada e é algo consensual entre os investigadores, o seu legado cultural material e imaterial está destacadamente presente hoje no Centro e Norte de Portugal, especialmente no interior do país. Em relação a esta questão na figura abaixo registamos alguns elementos patrimoniais, especialmente igrejas, capelas e topónimos recolhidos pela equipa Geoarpad – CPIS, que mostram este legado histórico-cultural e a sua associação ao CPIS (Quadro 1).

Quadro 1. Identificação de património cultural jacobeu no CPIS

Concelho	Igreja / Capela	Freguesia	Coordenadas	Património Protegido	Link
Chaves	Igreja Paroquial de Vilarelho da Raia / Igreja de São Tiago	Vilarelho da Raia	41°50'34.6"N 7°27'06.8"W	Inexistente	
	Capela de Santiago	Ervededo (Largo da Capela, Rua de SãoTiago)	41°48'51.5"N 7°30'52.5"W	Inexistente	http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=29481
	Capela de São Tiago	Vilela do Tâmega (Rua de São Tiago)	41°40'36.7"N 7°31'39.2"W	Inexistente	http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=12150
	Igreja Paroquial de Seara Velha / Igreja de São Tiago	Seara Velha (Rua de São Tiago)	41°45'58.2"N 7°33'37.8"W	Inexistente	http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=12142
	Igreja Paroquial de Tronco / Igreja de São Tiago	Tronco	41°46'38.1"N 7°17'42.6"W	Inexistente	
	Igreja Paroquial de Oura / Igreja de Santiago	Oura	41°36'59.4"N 7°33'57.7"W	Inexistente	http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=11844
Vila Pouca de Aguiar	Igreja Paroquial de Soutelo de Aguiar / Igreja de São Tiago	Soutelo de Aguiar	41°28'42.135"N 7°39'57.597"W	Inexistente	http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=32317
Vila Real	Igreja Paroquial de Andrães / Igreja de São Tiago	Andrães	41°15'56.578"N 7°41'8.390"W	Inexistente	

Vila Real	Igreja Paroquial de Folhadela / Igreja de São Tiago	Folhadela	41°16'48.9"N 7°44'20.3"W	Inexistente	
	Igreja Paroquial de Lamas de Olo / Igreja de São Tiago	União das freguesias de Borbela e Lamas de Olo	41°22'15.4"N 7°47'53.9"W	Inexistente	
	Igreja Paroquial de Mondrões / Igreja de São Tiago	Mondrões	41°17'39.3"N 7°47'41.8"W	Imóvel de Interesse Público	
	Igreja Paroquial de Vila Cova / Igreja de São Tiago	União das freguesias de Pena, Quintã e Vila Cova (Rua de São Tiago – Largo Madre Maria Clara)	41°18'58.205"N 7°51'24.289"W	Inexistente	http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=4179
Santa Marta de Penaguião	Igreja Paroquial de Fontes / Igreja de Santiago	Fontes	41°13'30.5"N 7°49'02.5"W	Inexistente	
Peso da Régua	Capela de São Tiago	Sedielos	41°12'46.359" N 7°51'18.188" W	Inexistente	
Lamego	Ermida de São Tiago Maior	Penajóia		Inexistente	
	Igreja Paroquial de Magueija / Igreja de São Tiago	União das freguesias de Bigorne, Magueija e Pretarouca (Estrada de Santaigo)	41°03'12.4"N 7°52'34.0"W	Inexistente	http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=14502
	Igreja Paroquial de Sande / Igreja de São Tiago	Sande	41°07'27.6"N 7°47'04.2"W	Inexistente	http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=14520

Castro Daire	Capela de São Tiago	União das freguesias de Mezio e Moura Morta	40°57'0.000"N 7°54'44.892"W	Inexistente	
	Ermida de São Tiago Maior	Castro Daire	40°54'38.6"N 7°54'45.2"W	Inexistente	
	Igreja Paroquial de Picão / Igreja de São Tiago	União das freguesias de Picão e Ermida	40°56'48.1"N 7°56'52.3"W	Inexistente	
Viseu	Capela de São Tiago	São Pedro de France	40°41'32.701"N 7°47'20.951"W	Inexistente	
	Igreja de São Tiago	União das freguesias de Viseu	40°40'20.8"N 7°54'09.8"W	Inexistente	
	Igreja Paroquial de Cepões / Igreja de São Tiago	União das freguesias de Barreiros e Cepões (Estrada de São Tiago)	40°44'57.102"N 7°48'36.576"W	Inexistente	http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=14952

Fonte: Trabalho de análise documental de Pedro Azevedo (CETRAD-UTAD) feito no âmbito do projeto Georpad – CPIS.

A relação de elementos patrimoniais acima mostra a conservação do legado jacobeu no CPIS, com uma estratigrafia e iconografia histórica importantes que é objeto de análise noutros capítulos deste livro. Mas se bem o CPIS é um caminho de Santiago com uma longa história, a sua revitalização é feita recentemente no século XXI, e teve como inspiração: a) um livro do professor Arlindo de Magalhães Ribeiro da Cunha (1995) sobre a história dos caminhos portugueses de Santiago; b) uma caminhada feita num troço deste caminho em 2000 de Cidadela de Aguiar até Sabroso de Aguiar; c) uma exposição de fotografias sobre os caminhos jacobeus feita em Vila Pouca de Aguiar em 2011; d) A assinatura, em 7 de abril de 2011, de um protocolo de cooperação entre os municípios do CPIS para homogeneizar a sinalética da rota. Portanto, foi a partir de inícios do século XXI que se iniciou uma colaboração muito estreita entre os municípios portugueses que a rota atravessa, para criar um produto-experiência-itinerário de turismo cultural e de peregrinação. São oito os municípios portugueses envolvidos neste projeto: Viseu, Castro Daire, Lamego, Peso da Régua, Santa Marta de Penaguião, Vila Real, Vila Pouca de Aguiar e Chaves.

Figura 2. Localização do património cultural jacobeu (igrejas e capelas) ao longo do CPIS



Fonte: Elaboração de Ricardo Bento

A liderança do projeto é da responsabilidade da Câmara de Vila Pouca de Aguiar, dos seus políticos, especialmente Ana Rita Dias (Vice-presidenta da Câmara Municipal) e dos seus técnicos de turismo, especialmente Catarina Chaves. O primeiro passo deste projeto de cooperação intermunicipal e transnacional foi identificar, com bases históricas, o traçado da rota. O segundo passo foi sinalizar a rota, e o terceiro foi a criação de “albergues” para hospedar os peregrinos cada 30-35 quilómetros. Em 24 de abril de 2012 celebrou-se a primeira caminhada oficial desta nova etapa de revitalização do CPIS. Sublinhar também que o projeto CPIS está integrado numa rede de cooperação internacional dos caminhos de Santiago (Federação Europeia dos Caminhos de Santiago, 2016) e na mais recente Federação Portuguesa dos Caminhos de Santiago. Nas palavras de uma das suas responsáveis: “O Caminho Interior Português é um caminho recente... o objetivo é não criar um produto de massas... é perigoso” (Catarina Chaves, 06-04-2016, conferência na UTAD em Vila Real).

Noutro nível que também afeta o CPIS, o governo português aprovou em 7 de fevereiro de 2019 um decreto-lei que visa a criação de uma Comissão de Coordenação dos Caminhos de Santiago em Portugal e estabelece os critérios aplicáveis à certificação destes percursos em harmonização com a Junta da Galiza. O objetivo é “estabelecer critérios comuns para o reconhecimento, salvaguarda, valorização e promoção do Caminho de Santiago em Portugal, através de um procedimento de certificação, sob a égide de uma estrutura de coordenação de âmbito nacional” (cf. <https://www.cmjournal.pt/cm-ao-minuto/>

detalhe/governo-cria-comissao-de-coordenacao-dos-caminhos-de-santiago). Isto vinha sendo exigido pelos municípios portugueses, também os do CPIS. O Decreto também prevê a criação de um Conselho Científico do Caminho de Santiago.

2.2. A inspiração da rota: O livro do Professor Arlindo de Magalhães Ribeiro da Cunha

Ainda que há outros trabalhos prévios sobre o culto jacobeu no Norte de Portugal e o CPIS (cf. Baquero Moreno, 1986; Marques, 1992), o livro do Prof. Arlindo Cunha serviu de inspiração e alavanca para o conhecimento, reconhecimento, divulgação e alavanca do desenvolvimento desta rota. O livro do Prof. Arlindo Cunha foi publicado em 1995 e dedica 84 páginas ao CPIS, no seu trajeto Viseu-Chaves. Ele foi a fonte de inspiração da recente revitalização do CPIS como reconhecido pelos técnicos de turismo que coordenam o projeto CPIS. O livro está muito bem ilustrado com fotografias a cores e croquis das diferentes etapas. As etapas que são definidas no livro são aquelas mostradas na quadro 2.

Quadro 2. Etapas definidas no guia-livro de Arlindo Cunha

Etapa	Distância	Lugares	Observações
1. Viseu-Almargem	12 Km	Viseu, Abravezes, Moure, Campo da Madalena, Bigas, Pousa Maria e Almargem	Calçada romana em Pousa Maria
2. Almargem – Mões	10 Km	Almargem, Cabrum, Vila Meã, Nogueirinha, Moledo (Castro Daire), Mões (Castro Daire)	
3. Mões – Magueija	20 Km	Mões, Vila Boa, Vila Franca, Fareja, Baltar, Moura Morta, Mezio, Bigorne, Magueija	
4. Magueija – São Gonçalo de Lobrigos	19 Km	Magueija, Magueijinha, Matança, Bairral, Outeiro Pereira, Parelona, Purgaçal, Ordens, Penude, Lamego, Souto Covo, Sande, Régua, Cruz das Almas, Alvações do Corgo e São Gonçalo de Lobrigos	

5. São Gonçalo de Lobrigos – Vila Real	17 Km	São Gonçalo de Lobrigos, São João de Lobrigos, São Miguel de Lobrigos, Santa Comba, Santa Marta de Penaguião, Banduje, Pousada, Covelo, Santa Bárbara, Cumieira, Silhão, Relvas, Parada de Cunhos, Vila Real	“Esta jornada é perigosa” afirma-se no guia (Cunha de Magalhães, 1995: 182)
6. Vila Real - Zimão	17 Km	Vila Real, Calçada, Vila Seca, Gravelos, Escariz, Benagouro Vilarinho de Samardã, Tourencinho, Gralheira, Zimão (Telões, Vila Pouca de Aguiar)	
7. Zimão – Oura	22 Km	Zimão, Parada do Corgo ou de Aguiar, Montenegro, Vila Pouca de Aguiar, Pedras Salgadas, Águas Romanas, Sabroso de Aguiar, Oura e Salus	
8. Oura – Chaves	15 Km	Oura, Salus, Vidago, Valverde, Pereira de Salão, Redial, Vila-nova da Veiga, Outeiro Jusão, Eiras, Chaves	
9. Chaves – Fronteira (Rabal)	12 Km por Vilarelho da Raia; 23 Km por Seara Velha; 13 Km por Cambedo	a) Por Vilarelho da Raia: Chaves, Outeiro Seco, Vilarelho da Raia. b) Por Seara Velha para Vilar de Perdizes: Chaves, Casas dos Montes, capela de São Bartolomeu, Valdanta, Soutelo, Seara Velha, Meixide, Ponte da Asso-reira, Vilar de Perdizes. Logo seguia para a Xironda (Galiza). c) Por Ervededo: Chaves, Couto de Ervededo, Agrela, Cambedo, Casas dos Montes (Galiza)	
TOTAL	144 Km por Vila-relho da Raia 155 Km por Seara Velha 145 Km por Cambedo		

Fonte: Cunha de Magalhães (1995)

Como comprovaremos mais abaixo, estas etapas não coincidem exatamente com as propostas oficialmente agora definidas pelo CPIS, nem em distância (menor na proposta do Prof. Arlindo) nem em trajeto, mas serviram de inspiração. Por outro lado, a obra do Prof. Arlindo Cunha mostra com alguma erudição as variantes ou diferentes possibilidades do percurso, justificadas pelo adágio popular do Norte de Portugal “todos os caminhos vão dar a Santiago” (Cunha de Magalhães, 1995: 226). Além do mais, o ponto de saída é neste guia erudito a cidade de Viseu e não a aldeia de Farminhão (Viseu), na fronteira com o município de Tondela, como acontece agora na atualidade com o percurso oficial do CPIS. Ao longo do caminho são identificados nele e nas suas proximidades vários elementos do património cultural jacobeu, isto é, ligado ao culto de Santiago, entre eles:

- Alminhas com a cruz de Santiago na saída de cidade de Viseu;
- A aldeia e capela de Santiago (antes de Abravezes);
- As alminhas com a cruz de Santiago em Moure Carvalhal;
- As cruzes de Santiago na capela da Nossa Senhora das Necessidades em Bigas;
- O cruzeiro jacobeu em Almargem;
- A antiga capela de Santiago em Vila Meã (Viseu), hoje Nossa Senhora da Saúde;
- A imagem policromada de Santiago peregrino na capela de Vila Meã (Viseu);
- Capela de Santiago em Baltar (Castro Daire), reedificada a finais do século XVII;
- Capela de Santiago em Mouramorta (Castro Daire);
- Pintura de Santiago na igreja paroquial de Mezio;
- Cruzeiro com vieiras em Mezio;
- Mageueja (Lamego): freguesia do Apóstolo Santiago;
- Escultura de pedra de Santiago Apóstolo no portal lateral da igreja paroquial de Mageueja;
- Aldeia de Sande: paróquia de Santiago;
- Antiga capela de Santiago no Largo do Tavalado (hoje Avenida Carvalho Araújo) em Vila Real, sede de uma confraria de Santiago Apóstolo, desaparecida no século XV (Cunha de Magalhães, 1995: 186);
- Imagem do Apóstolo Santiago na sacristia da Capela Nova (Igreja dos Clérigos) de Vila Real.
- Antigo Hospital de Peregrinos no Largo do Tavalado em Vila Real, do século XV, hoje desaparecido;
- Orago de Santiago na freguesia de Telões (Vila Pouca de Aguiar);
- Freguesia de Santiago em Soutelo de Aguiar (Vila Pouca de Aguiar);
- Capela de Santiago em Vila Meã (Vila Pouca de Aguiar);
- Paróquia de Oura (Chaves), freguesia de Santiago;

- Capela barroca de Santiago em Redial (Chaves);
- Antiga Albergaria de peregrinos no Largo da Madalena, criada por Dona Mafalda, esposa de Afonso Henriques;
- Pintura de Santiago peregrino no Caixotão da igreja paroquial de Seara Velha (Chaves);
- Capela e ponte de Santiago (Couto de Ervededo, Chaves);
- Imagem escultórica de Santiago na sacristia da igreja paroquial de Vilarinho da Raia (Chaves);
- Imagem escultórica montada de Santiago, em pedra, na igreja paroquial de Seara Velha (Chaves);
- Freguesia de Santiago em Seara Velha (Chaves);
- Albergaria de Peregrinos em Vilar de Perdizes (Montalegre) instituída em 1551;
- Imagem de pedra de Santiago a cavalo doada pela freguesia de Ervededo à Ermida de São Caetano (Chaves).

São 30 os elementos culturais patrimoniais jacobeus identificados neste guia pelo Prof. Arlindo de Magalhães Ribeiro da Cunha. A profusão deste culto a Santiago é explicada da seguinte forma pelo Prof. Arlindo Cunha: “Tal profusão de lugares de culto só aparentemente anárquica, é explicada pela variedade de trajectos seguidos pelos peregrinos rumo a Santiago. E, de facto, todos os templos dos dois santos estão, efectivamente, à borda desses caminhos antigos” (Cunha de Magalhães, 1995: 212).

No guia citado, descreve-se o património cultural e histórico construído, especialmente o religioso, mas também a flora e o tipo de solo e orografia do trajeto, com um pormenor de erudição e certa emoção nostálgica:

No silêncio quase mágico, cortado de quando em quando pelo cantar de uma ave, parecem ecoar os passos das colunas romanas e espera-se, a todo momento, ver passar um velho druida em busca do sagrado visco (*Viscum álbum L.*) dos carvalhos. (Cunha de Magalhães, 1995: 152).

Portanto este livro foi a fonte de inspiração, o espelho e o guia que orientou a revitalização desta histórica rota de peregrinação. A apropriação simbólica dele foi tão importante que 22 anos depois da sua publicação ainda é uma referência para o estudo e desenvolvimento desta rota.

2.3. O CPIS segundo o Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular

No ano 2009 o Eixo Atlântico publica em três idiomas (português, espanhol e inglês) um guia dos caminhos de Santiago (Vázquez Mao, 2009) orientado à promoção do ano santo de 2010. Nesse guia o CPIS aparece enquadrado

nos designados como “caminhos do Sudeste” (Via da Prata, Caminho Moçárabe...) e no mapa só aparece reflexado o percurso desde Lamego até Chaves-Verín, que no interior do guia não é descrito nem explicado.

Trinta anos depois da publicação do livro do Prof. Arlindo Cunha, em 2015, o Eixo Atlântico publica um estudo detalhado sobre os caminhos de Santiago no Norte de Portugal (cf. Eixo Atlântico, 2015). Neste estudo (cf. <https://www.eixoatlantico.com/es/noticias/eixoatlantico/3668-el-gobierno-de-portugal-pone-en-marcha-organo-de-coordinacion-nacional-del-camino-de-santiago>) descrevem-se as etapas de acordo com a divisão estabelecida pelas Câmaras Municipais, tendo em atenção a disponibilidade de albergues e serviços ao peregrino no final de cada etapa registados na web oficial do projeto: <http://www.cpisantiago.pt/>

Quadro 3. Etapas do CPIS definidas no estudo do Eixo Atlântico 2015

Etapa	Distância
1 Viseu (Fontelo) – Almargem	16,7 Km
2 Almargem – Ribolhos	23,3 Km
3 Ribolhos – Bigorne	19,7 Km
4 Bigorne – Penude	11,9 Km
5 Penude – Bertelo	29,2 Km
6 Bertelo - Vila Real	11 Km
7 Vila Real - Parada de Aguiar	26,6 Km
8 Para de Aguiar – Vidago	22,6 Km
9 Vidago – Chaves	19,7 Km
10 Chaves – Verín	26,1 Km
Total	206,8 Km

Mas também encontramos algumas diferenças com a rota oficial promovida pelas autarquias, por exemplo, para o Eixo Atlântico a rota começa em Fontelo (Viseu), muito próximo da cidade de Viseu, e não em Farminhão, a sul do município. A descrição das etapas feita pelo Eixo Atlântico, ainda que com algumas diferenças, tem uma forte inspiração no guia do Prof. Arlindo Cunha, e é a seguinte:

Etapa 1: Viseu (Fontelo) - Almargem (16,7 km)

“O itinerário sai de Viseu pela Cava de Viriato, seguindo a Estrada Velha, com duas alternativas. A primeira dirige-se à direita para a Rua de Santa Amélia até à Escola Preparatória de Abraveses; a segunda alternativa continua para o centro da Freguesia de Abraveses, saindo pela Rua da Praça e continuando pela Rua da Eirinha e seguindo em frente por um caminho de terra até a Escola

Preparatória. O itinerário vira à esquerda no primeiro cruzamento, pelo lugar de Quinta da Corga, e pouco depois vira novamente à esquerda para a estrada nacional. Cruza a estrada IP5 virando para o leste em direção a Moure da Madalena e Moure Calvalhal, passando à frente de umas alminhas onde figura a Cruz de Santiago. O itinerário atravessa a Lavandeira até chegar de novo à estrada asfaltada e cruzando-a. Pouco depois atravessa a estrada nacional de Castro Daire chegando ao Campo da Madalena. Depois de passar por outro conjunto de alminhas, o traçado vira novamente à direita incorporando-se à estrada nacional, que decorre um trecho, saindo para o oeste para novamente virar para o leste voltando a incorporar-se à mesma. O trajeto continua 800 metros sobre a estrada e sai pela margem direita continuando o itinerário por um caminho de terra até chegar a Bigas. Passada a Capela da Nossa Senhora das Necessidades, vira à direita, antes da ponte, por uma rua empedrada, cruza a estrada nacional e chega a Pousa Maria. Continua o traçado por um trilho de terra, até um cruzamento de três caminhos, em que continua pelo central, até alcançar um trecho da antiga via romana que segue a estrada nacional, junto à Ponte de Almargem. Depois da ponte, continua à direita cruzando o centro urbano de Almargem e, passando a Capela da Nossa Senhora, chega até um cruzeiro Jacobeu”.

Etapa 2: Almargem - Ribolhos (23.3 km)

“Desde o cruzeiro, o itinerário segue pela Rua da Boavista, por um caminho de terra. Chega até uma estrada asfaltada e vira à esquerda e depois à direita, continuando por um caminho de terra até chegar a um cruzamento. No cruzamento vira novamente à direita e, mais adiante, à esquerda, descendo até ao rio Cabrum. Cruza o rio e sobe até a casa do Guarda Florestal. O traçado chega até à estrada asfaltada, no lugar de Água de Alte e vira à esquerda, e depois novamente à esquerda num cruzamento não sinalizado, até chegar a Vila Meã. Continuando pela estrada chega a Moledo e avança até à igreja paroquial, onde segue em frente para o interior da aldeia. Passada a aldeia, atravessa o rio Balteiro por uma ponte, e sobe ao monte até Penedos Juntos. Desce novamente o caminho até uma pista florestal, virando à esquerda até cruzar com a estrada asfaltada, e continua à direita da estrada até chegar a Mões. Após passar o núcleo de Mões, o traçado chega até um alto e começa a descer por outra estrada até chegar a Vila Boa. Antes de chegar à Capela de Vila Boa, vira à direita, passando à frente de um lavadouro. Cruza novamente uma estrada, e continua por um caminho de terra passando diante das últimas casas de Vila Boa e chegando a um cruzamento de caminhos, em que continua pelo central até uma bifurcação. Continua à direita até uma nova bifurcação, na qual continua por um caminho à esquerda que termina numa área de prados, entrando num pitoresco vale. O traçado continua atravessando os prados até retomar o caminho para o outro lado do vale, e subindo até à estrada asfaltada que leva à Ribolhos e depois continuando em frente em direção a Vila Franca”.

Etapa 3: Ribolhos - Bigorne (19,7 km)

“O itinerário continua em Ribolhos atravessando a estrada que vai para Vila Franca, descendo até à aldeia. Rodeia a capela à direita e desce pelo caminho que vai para o rio Paiva, atravessando por uma passarela de pedras. O caminho continua subindo a Quinta do Vale da Cabra por um caminho de terra, e depois empedrado, até chegar a uma estrada que vira à esquerda em direção ao lugar de Pinheiro. Continua por um caminho através do monte, até cruzar com a estrada de Vila Nova de Paiva, e passando por Farejinhãs e Fareja. Continua a ponte sobre o rio Paiva, e depois pela primeira rua à direita, subindo em direção a Baltar. Em Baltar, o Caminho passa na frente da Capela de Santiago e sobe até chegar a um cruzamento, continuando à direita, até chegar ao local do parque e a estrada nacional de Castro Daire a Lamego. Após passar a estrada, dirige-se a Cinfães, e após percorrer cerca de 500 metros pela estrada, ainda por um caminho à direita que leva a uma ponte de origem romana e a outra Capela dedicada a Santiago, até chegar a Mouramorta. Passando o núcleo de Mouramorta, junto a um cruzeiro, segue o traçado por um caminho que leva a Mezio, passando por diversas passarelas de pedra que cruzam riachos, chega a um muro sinalizado com uma seta amarela indicando o caminho, rodeando o muro pela esquerda e passando por umas pedras até chegar a uns moinhos. O traçado segue descrevendo um semicírculo que contorna a serra até ligar com um caminho que corre entre muros, e que vira novamente à esquerda para chegar a Mezio. Passando a igreja de Mezio, o itinerário continua em direção à estrada nacional, desviando-se, antes de chegar à mesma, por um caminho sobre uma ponte que novamente termina na estrada nacional. Continua na margem direita da estrada em direção a Bigorne”.

Etapa 4: Bigorne - Penude (11,9 km)

“O traçado continua em direção à Ponte de Reconcos que cruza o rio Balsemão, segue paralelamente à margem direita da estrada nacional de Viseu a Lamego até passar por Maqueijinha, onde se destaca a Igreja Paroquial, em devoção a Santiago. Continua em direção a nordeste passando por Matança, sinalizada por uma cruzeiro com data de 1889, e passa pela Capela de Santa Cruz, continuando pelo caminho antigo que passa pelos lugares de Bairral, Outeiro Pereira, Parelouga e Purgaçal. Entra de novo na estrada nacional, sai dela em direção a Ordens e, finalmente, a Penude”.

Etapa 5: Penude – Bertelo (29,2 km)

“O Caminho sai de Penude pela estrada nacional, no cruzamento chamado Carreira de Tiro, e continua até Lamego, onde se destaca a Catedral dos Remédios. Sai de Lamego pela estrada para Resende em direção a Souto Covo, atravessando antes de chegar, à estrada nacional de Lamego a Vila Real. Desde

Souto Covo, continua até à estrada nacional para a Régua e atravessa, seguindo em frente até São Pedro de Balsemão. Junto à Quinta do Atalho, segue pela Quenlla do Atalho até Sande. Aí cruza o afluente do Varosa para seguir até à Régua pela estrada nacional. Ao sair da Régua, o traçado atravessa novamente a estrada nacional em direção a noroeste, para virar depois para o nordeste até São Gonçalo de Lobrigos, também com a presença de uma Capela dedicada a Santiago. O itinerário continua até São João de Lobrigos, cruzando a estrada nacional de Régua a Vila Real, em São Miguel de Lobrigos, e continua para o norte até Santa Comba e Banduge. Novamente cruza a estrada nacional e chega a Pousada e Covelo, atravessando o núcleo da povoação e saindo em direção a Bertelo, onde cruza novamente a estrada nacional”.

Etapa 6: Bertelo - Vila Real (11,0 km)

“O traçado continua até Santa Barbara e ascende para o norte até Cumieira e Silhão, cruza a ponte sobre o rio Sordo até chegar a Relvas. A partir daqui, desvia em direção a noroeste e cruza a estrada nacional até chegar a Parada de Cunhos, onde se destaca a igreja paroquial. O traçado sai de Parada de Cunhos em direção a leste para apanhar a estrada nacional, que continua até Vila Real, passando pela Catedral e Igreja dos Clérigos”.

Etapa 7: Vila Real - Parada de Aguiar (26,6 km)

“O traçado continua em Vila Real em direção a Calçada, Vila Seca, Gravelos e Escariz, percorrendo paralelamente à estrada nacional entre Vila Real e Chaves até chegar à ponte sobre o rio Corgo. Após passar a ponte, continua até Benagouro, desviando para o nordeste até Vilarinho de Samardã, situada à margem direita do rio Corgo, onde a igreja paroquial guarda a imagem de São Gonçalo da antiga confraria do mesmo nome. A partir daqui, o caminho antigo encontra-se em mau estado e torna-se intransitável, pelo que o traçado continuaria pelo caminho que desce para o rio, e depois para a direita. Passado o rio, sobe até à linha de comboio, seguindo pela margem esquerda até Tourencinho, Gralheira e, finalmente, por um caminho antigo até Zima, passando pela Capela de São Gonçalo. O traçado continua em direção a Parada do Corgo, Motenegrelo e Parada de Aguiar, topónimo que se refere ao acolhimento de peregrinos e viajantes que passavam por estas terras”.

Etapa 8: Parada de Aguiar - Vidago (22,6 km)

“O itinerário continua até Vila Pouca de Aguiar, saindo pela Rua Doutor Bento Acácio Ribeiro, descendo até Cidadelhe e cruzando a Ponte. Segue a antiga estrada romana, devidamente sinalizada, até Pedras Salgadas e daí para Águas Romanas, passando a ponte sobre o rio Avelame, continuando até Sabroso de Aguiar. O traçado atravessa a estrada nacional de Chaves e sobe o

alto de Reigás. Continua paralelo à estrada pela margem esquerda descendo, até chegar a uma pequena subida em que se encontra a bifurcação para Oura. O caminho segue até Salus e Vidago”.

Etapa 9: Vidago - Chaves (19,7 km)

“O caminho continua até alcançar a igreja neo-românica, continuando pela sua direita até cruzar com a estrada nacional e prosseguindo até Valverde, Pereira de Selão e Redial, onde encontramos uma Capela dedicada a Santiago. A partir daqui o traçado continua até Vila Nova da Veiga, cruzando novamente a estrada nacional, que volta a cruzar ao passar o núcleo de povoação, junto ao cemitério. Segue a estrada nacional por Outeiro Jusão até Chaves”.

Etapa 10: Chaves - Verín (26,1 km)

“Existem pelo menos três alternativas de traçado, para cruzar a fronteira até à Galiza: por Vilarelho da Raia, por Seara Velha, e por Ervededo. A primeira parte de Chaves em direção a Outeiro Seco, passando perto da igreja românica de Nossa Senhora da Azinheira, e continuando até Senhora da Portela. A partir daqui, dirige-se a Vilarelho da Raia, onde a igreja paroquial contém uma pequena imagem do Apóstolo Santiago, e cruza a fronteira até Rabal. A segunda alternativa de traçado sai de Chaves pelo oeste, em direção a Vale de Anta, Soutelo, e Seara Veba, paróquia dedicada a Santiago. Continua até ao santuário da Senhora da Aparecida, e da Senhora das Necessidades, chegando a Meixido. Passa pela ponte de Assoreira e Ponte de Chaves até chegar a Vilar de Perdizes, onde cruza a fronteira até Xironda. Este caminho até há alguns anos estava em muito mau estado resultando intransitável, pelo que a escolher este caminho existe uma alternativa de traçado que desde a Capela de Nossa Senhora das Necessidades vai a Castelões, voltando a Meixido, e de lá segue pela estrada asfaltada em direção a Soutelinho da Raia e, entre a igreja paroquial e a Capela do Senhor dos Passos, sai para a direita o caminho antigo que leva até à Ponte de Assoreira. Finalmente, a terceira alternativa de traçado sai de Chaves pelo quartel em direção a Montalegre, e continua até Soutelinho e Couto de Ervededo, passando por outra Capela de devoção a Santiago, e chegando à Ponte de Santiago que atravessa. Continua até Agrela e Cambedo, com a Capela dedicada a São Gonçalo, e pouco depois atravessa a fronteira até Casas dos Montes”.

A continuação vamos a sublinhar algumas diferenças com relação ao guia do Prof. Arlindo Cunha. A primeira é o número de etapas, que no guia do Eixo Atlântico são 10 e não 9, e a sua conclusão em Verín (Galiza), já na Via da Prata ou Caminho Mozárabe, e não na própria fronteira.

Resultado dessa escolha, fruto de uma visão transnacional e euroregional da própria rota, é a maior distância oficial do CPIS. Ambos os guias reconhe-

cem três variantes para atravessar a fronteira com a Galiza. Ainda assim ambos os guias coincidem no início da rota na cidade de Viseu e não em Farminhão como promovem os municípios impulsores do CPIS.

2.4. O CPIS no guia dos Caminhos portugueses de Santiago de Paulo Almeida Fernandes

Em setembro de 2018 publica-se um guia sobre os caminhos de Santiago (Almeida Fernandes, 2018), que aborda o Caminho Central Português (Lisboa – Santiago), o Caminho da Costa (Porto-Santiago), o Caminho Português Interior (Farminhão, Viseu – Santiago) e o Caminho de Torres, Salamanca – Ponte de Lima – Santiago de Compostela). Estes foram os caminhos portugueses que a Comissão Nacional da UNESCO inscreveu em maio de 2016 na lista indicativa portuguesa para Património Mundial. O autor é um historiador que foi relator da proposta para a inclusão dos caminhos na Lista indicativa UNESCO em 2015. A justificação dada para a sua seleção e inscrição foi a seguinte:

Entre outros méritos da proposta sobre a qual se baseou aquela decisão, encontra-se o reconhecimento de uma espinha dorsal de caminhos jacobeus portugueses composta por quatro itinerários já consolidados, quatro rotas que, para além de estarem fortemente implantadas a nível local, beneficiaram, em anos recentes de qualificação e divulgação. (Almeida Fernandes, 2018, p. 5).

E a interpretação que este autor proporciona sobre o CPIS é reveladora da importância histórica do culto a Santiago no interior de Portugal: “O Caminho Português do Interior revela como, mesmo em zonas de difícil acesso e de povoamento historicamente escasso, o culto a Santiago deixou profundas marcas e se deteta ainda nas principais estradas que levavam à localidades mais importantes” (Almeida Fernandes, 2018, p. 5).

O guia do historiador Paulo Almeida Fernandes dedica 33 das 200 páginas do seu guia ao CPIS, isto é, 16,5% da obra. E o que mais nos interessa aqui é analisar qual foi a segmentação das etapas e a sua comparação com as outras propostas (Quadro 4).

O ponto de início da rota coincide com o proposto oficialmente pelas autarquias, mas é mais específico ainda e começa na fronteira com o município de Tondela, mais em concreto no Montebelo Golfe, a uns 3 Km de Farminhão. A distância em território português é diferente das rotas propostas por Arlindo Cunha de Magalhães e pelo Eixo Atlântico e muito semelhante à proposta oficial dos municípios. Também difere do guia de Arlindo Cunha em que este não acaba na fronteira, porém continua na fronteira e chega a Verín (Galiza),

Quadro 4. Etapas do CPIS segundo Almeida Fernandes (2018)

Etapa	Distância	Tempo	Dificuldade	Lugares
1. Farminhão – Fontelo (Viseu)	17 Km	4,5 horas	Baixa	Montebelo Golfê, Farminhão, São Cipriano, Póvoa de Medronhosa, Vildemoinhos, Viseu, Fontelo
2. Fontelo – Almagem	15 Km	4,5 horas	Baixa	Fontelo, Campo, Folgosa, Quintas, Pousa Maria, Almagem
3. Almagem – Ribolhos	24 Km	6 horas	Média	Almagem, Vila Meã, Moledo, Balteiro, Mões, Vila Boa, Grijó, Ribolhos (Castro Daire)
4. Ribolhos – Bigorne	18,5 Km	5 horas	Elevada	Ribolhos, Casais de Dona Inês, Vila Franca, Fareja, Baltar de Cima, Vila Pouca, Moura Morta, Mézio, Bigorne
5. Bigorne – Lamego	16 Km	4,5 horas	Baixa	Bigorne, Magueija, Matança, Penude, Lamego
6. Lamego – Bertelo	23 Km	7,5 horas	Elevado	Lamego, Souto Covo, Sande, Peso da Régua, Remostias, São Gonçalo, Miguel de Lobrigos, Santa Marta de Penaguião, Bandede, Concieiro, Bertelo
7. Bertelo – Vila Real	11 Km	3 horas	Baixa	Bertelo, Cumeceira, Relvas, Parada de Cunhos, Vila Real
8. Vila Real – Parada de Aguiar	26,5 Km	7 horas	Elevada	Vila Real, Ferreiros, Bordelinha, Adoufe, Coêdo, Escariz, Benagouro, Vilarinho de Samardã, Tourencinho, Gralheira, Parada de Aguiar
9. Parada de Aguiar - Vidago	23 Km	6 horas	Baixa	Parada de Aguiar, Vila Pouca de Aguiar, Cidadelha, Pedras Salgadas, Sabroso de Aguiar, Oura, Vidago
10. Vidago – Chaves	20 Km	5,5 horas	Baixa	Vidago, Valverde, Pereira de Selão, Redial, São Pedro de Angostem, Outeiro Jusão, Chaves
11. Chaves - Verín	27 Km	8 horas	Média	Chaves, Outeiro Seco, Vila Meã, Vilarinho da Raia, Vilarelho da Raia, Rabal, Tamaguelos, Mourazos, Tamagos, Cabreiroá, Verín
TOTAL	221 Km			

Fonte: Almeida Fernandes (2018)

numa visão transnacional da rota. Por outro lado, este guia, junto com o do Eixo Atlântico e com o guia oficial dos municípios só promove uma variante para atravessar a fronteira luso-galega, que é a de Vilarelho da Raia. Isto representa também uma diferença em relação ao guia de Arlindo Cunha de Magalhães, que ilustra três variantes históricas para atravessar a fronteira.

O guia destaca a vontade local dos municípios em desenvolver o CPIS, a sua antiguidade, a sua história e o seu lado aventureiro, com passagem por lugares de grande beleza (Almeida Fernandes, 2018: 115).

2.5. As etapas “oficiais” do CPIS

As etapas promovidas oficialmente pelos líderes do CPIS e publicitadas alargadamente em folhetos e na sua web (cf. <http://www.cpisantiago.pt/>), atualmente em manutenção, são aquelas mostradas na quadro 5.

Quadro 5. Etapas oficiais do CPIS

Etapa	Distância
1. Farminhão – Fontelo (Viseu)	17,2 Km
2. Fontelo – Almargem	16,9 Km
3. Almargem – Ribolhos	23,5 Km
4. Ribolhos – Bigorne	18,4 Km
5. Bigorne – Lamego	16 Km
6. Lamego – Bertelo	22,5 Km
7. Bertelo – Vila Real	11 Km
8. Vila Real – Parada de Aguiar	26,8 Km
9. Parada de Aguiar – Vidago	22 Km
10. Vidago – Chaves	19,7 Km
11. Chaves – Verín	26,1 Km
TOTAL	220,8 Km

Fonte: Folheto oficial do CPIS

O ponto de início oficial de toda a rota é proposto em Farminhão (Viseu), mas não na mesma povoação de Farminhão, porém num ponto na fronteira com o município de Tondela, ao pé do Montebelo Golfe, num lugar onde o sinal de saída foi vandalizado. O início e fim de cada etapa foram definidos em função da existência de serviços básicos e de albergue para peregrinos. O percurso promove o atravessar da fronteira até Verín (Galiza) e não fica pela fronteira como no guia do Prof. Arlindo Cunha. Por outro lado, na última etapa só promove uma das três variantes, aquela que passa em Vilarelho da Raia, mas não pelo traçado do “caminho da feira” (designação local) que é o

indicado pelo Prof. Arlindo Cunha, e sim pela aldeia de Vila Meã. Queremos afirmar com isto que há uma interpretação contemporânea da proposta de percurso do Prof. Arlindo Cunha.

Após ter feito o percurso completo do CPIS na sua parte portuguesa, desde janeiro de 2016, a pé, vamos apresentar aqui uma avaliação do traçado da rota. Sublinhar que nalguns casos fizemos várias vezes alguns troços tanto sozinhos, com amigos como em grupo. A nossa observação empírica deste encontro com o CPIS foi registada etnograficamente em diário de campo. No quadro abaixo detalhamos alguns aspetos observados durante os percursos, que não coincidiram exatamente com os propostos pelos municípios e sobre os quais não pretendemos fazer qualquer proselitismo ou recomendação (Quadro 6).

Os troços ou etapas acima referenciados não representam as etapas oficiais recomendadas pela organização do CPIS, porém, elas foram organizadas em função das forças dos investigadores e das possibilidades de alojamento a chegada. O habitual foi percorrer a pé entre 20 e 25 quilómetros, com uma duração de aproximadamente 5 horas, incluindo uma pequena paragem de 30 minutos a meio da etapa para recuperar forças. Esta questão não é banal, antes pelo contrário, nos caminhos de Santiago há uma luta pela posição do fim e do início das etapas – troços, pois é aí que os peregrinos consomem mais bens e serviços, deixando riqueza económica a essas localidades. Estar na metade de um troço, algo não sempre fixo, representa uma posição de menor força na atração, alojamento, acolhimento ou oferta de serviços aos peregrinos. O momento do ciclo de vida na reinvenção deste caminho ainda não apresenta de forma evidente este tipo de problemas que já se observam noutros caminhos de Santiago (ex. Caminho francês de Santiago de Compostela).

Outra questão dialética é a das variantes do CPIS. Ainda que haja um percurso oficial definido pelas autarquias e os seus técnicos, há no contorno do CPIS alguns movimentos sociais que defendem variantes do percurso. Uma delas é o percurso definido como “Coração do Douro” (Pinhão – São Fins do Douro – Alijó – Vila Pouca de Aguiar), que em 24 de março de 2018 foi realizado no seu primeiro troço por um grupo de caminheiros de SanFins do Douro. Esta iniciativa contou com o apoio do Clube Desportivo Sanfinense, da Junta de Freguesia do Pinhão, de Favaios, de Sanfins, de Vila de Maçada e o Município de Alijó, que disponibilizou um autocarro de apoio e motorista, e que efetuou o transporte dos participantes.

Quadro 6. Características gerais dos troços do CIPS percorridos

Troço	Distância em Km	Duração a pé	Simalética	Adequação para bicicletas	Adequação para cavalos	Fontes de água
1. Farninhão – Viseu	20	5 horas	Setas amarelas, placas metálicas e veteira	Sim	Sim	Sim
2. Viseu – Almarginem	18	5 horas	Setas amarelas, placas metálicas e veteira	Sim	Sim	Sim
3. Almarginem – Fareja	28	9 horas	Setas amarelas, placas metálicas e veteira	Sim	Sim	Sim
4. Fareja – Penude	26	8 horas	Setas amarelas	Sim	Sim	Sim
5. Penude – Santa Marta de Penaguião	22	5 horas	Setas amarelas	Sim, bicicleta de montanha com dificuldades	Sim, algumas partes com dificuldades	Problemas
6. Santa Marta – Vila Real	17	6 horas	Setas amarelas e placas de madeira	Sim	Sim	Problemas
7. Vila Real – Samardã	12	3 horas e média aprox.	Setas amarelas	Sim pela ciclovia; não pelo caminho oficial;	Sim	Sim
8. Samardã – Pedras Salgadas	26	5 horas e 30 minutos	Setas amarelas e placas metálicas	Sim	Sim	Sim
9. Pedras Salgadas – Vídago	12	2 horas e 45 minutos	Setas amarelas e placas metálicas	Sim mas com dificuldades	Sim	Sim
10. Vídago – Chaves	20	5 horas	Setas amarelas e placas metálicas	Sim	Sim	Sim
11. Chaves – Verín	26	6 horas	Setas amarelas e placas metálicas	Sim	Sim	Sim

Fonte: Elaboração própria com base em trabalho de campo e trabalho documental

3. Potencialidades e estratégias de desenvolvimento do CPIS

El crecimiento constante de esta industria y su tendencia consiguiente a la masificación se produce de forma paralela con una mayor conciencia ambiental de unos consumidores que cada vez exigirán destinos turísticos más limpios, más seguros y más benévolos para con el medio ambiente. Estas dos tenencias, cuantitativa y cualitativa respectivamente, convierten en algo imperativo el desarrollo y la gestión de una industria turística sostenible. (Frangialli, 1999, p. 3)

Nesta seção mostraremos uma análise estratégica das potencialidades e potenciais estratégias de desenvolvimento do CPIS. Esta análise estratégica poderá servir de base para melhorar a planificação, a organização da rota e o seu futuro. Um processo de planificação integra as seguintes fases: estudo, objetivos, avaliações, análise e síntese (ex. DAFO), definição de políticas e planos, recomendações, execução e gestão (cf. OMT, 1999). Nesta seção realizaremos um pequeno esboço até ao ponto da análise e síntese desse processo. Vamos começar por uma breve caracterização demográfica e turística do território imediato que atravessa, os municípios do CPIS. O território que atravessa o CPIS é o interior Centro e Norte de Portugal, espaço caracterizado pelo discurso dominante como um território de baixa densidade demográfica, como pode ser apreciado na figura abaixo a partir dos dados da população residente.

Quadro 7. Estimativas da População dos municípios do CPIS em 2016

Município	População
Chaves	39910
Vila Pouca de Aguiar	12328
Vila Real	50224
Santa Marta de Penaguião	6806
Peso da Régua	16131
Lamego	23350
Castro Daire	14448
Viseu	98007
Total	263.204

Fonte: PORDATA, <https://www.pordata.pt/>

O número total de habitantes dos municípios do CPIS é de 263.204, a maioria concentrado nas pequenas cidades e vilas sede de concelho. Nestes municípios a atividade turística tem a sua importância e relevância. Vejamos alguns números da oferta de alojamento turístico e também da procura no quadro 8.

Quadro 8. Alojamento hoteleiro dos municípios do CPIS em 2017

Município	Capacidade de alojamento dos estabelecimentos hoteleiros	Hotéis / cama	Nº de hotéis	Quartos	Nº de hóspedes	% de hóspedes estrangeiros
Chaves	1327	834	29	607	81554	23,5%
Vila Pouca de Aguiar	199	-	6	117	11158	20,1%
Vila Real	735	430	17	370	45040	21,5%
Santa Marta de Penaguião	66	-	3	30	814	0%
Peso da Régua	493	-	9	253	41506	27,1%
Lamego	735	24	-	359	48252	51,7%
Castro Daire	404	-	4	135	11470	11,2%
Viseu	1692	-	22	837	127353	27,7%
Total	5651		90	2708	367147	

Fonte: PORDATA, <https://www.pordata.pt/>

Com base nestes dados do ano 2017, podemos afirmar várias coisas:

- A capacidade de alojamento turístico hoteleiro é desigual entre municípios, sendo Viseu, Chaves, Lamego, Vila Real e Régua, por esta ordem, os de maior capacidade. No total dos oito municípios da rota estamos a falar de uma capacidade para 5651 hóspedes.
- A procura de alojamento turístico é desigual segundo os municípios, sendo Viseu, Chaves, Lamego, Vila Real e Régua, por esta ordem, os de maior procura.
- O número de hóspedes estrangeiros é relativamente baixo, com exceção de Lamego que atinge algo mais da metade, o que pode ter uma leitura positiva de potencial crescimento do turismo internacional.

A continuação apresentamos uma análise diagnóstica DAFO, também conhecido como FOFA ou SWOT:

	Ajudam a atingir os objetivos (+)	Dificultam atingir os objetivos (-)
Fatores internos:	FORÇAS	FRAQUEZAS
Fatores externos:	OPORTUNIDADES	AMEAÇAS

Será uma análise de avaliação externa feita durante e depois da inserção no terreno sob investigação e análise, portanto será feita “com um pé dentro e outro fora”. Esta análise implica três níveis de ação estratégica: a) o de produtos e atrativos turísticos concretos; b) o das políticas e programas municipais de desenvolvimento do turismo (análise de políticas e práticas); c) o das potencialidades do CPIS como produto e experiência de turismo e peregrinação. Na análise começamos pelas forças, seguiremos pelas fraquezas, atravessaremos as ameaças ou fatores externos que não conseguimos controlar e concluiremos a análise com as oportunidades, caminhos ou possibilidades para o desenvolvimento do CPIS.

3.1. Forças (*Pontos fortes*):

- A ligação e a coordenação técnica entre os municípios do CPIS.
- Mais importância do turismo nas webs municipais.
- A diversidade de ofertas de turismo rural da zona.
- As agendas municipais (ex. trimestrais) de eventos locais.
- Os produtos agroalimentares de qualidade reconhecida como DOP, IGP, DOC...
- O ciclo anual de feiras e eventos como complemento da atração de peregrinos.
- A vontade política local de consolidar o CPIS.
- A sinalética do CPIS.
- As paisagens naturais que atravessa.
- O ser um produto transnacional entre dois países.
- A não massificação do produto-experiência.
- A íntima ligação entre o CPIS e as termas da região (ex. Pedras Salgadas, Vidago, Chaves...).
- A juventude e dinâmica dos técnicos de turismo dos municípios.
- A candidatura do CPIS a património mundial da UNESCO.
- O apoio das associações de caminheiros locais.
- A integração do projeto na Federação Europeia dos Caminhos de Santiago (cf. <http://www.saintjamesway.eu/>).
- O momento inicial do ciclo de vida deste produto e experiência turíperegrina, que leva a que não esteja massificado e permita criar um espaço de reflexividade e de viagem interior.
- A íntima conexão com a natureza e a diversidade de paisagens como novos pontos de interesse sacral.
- A possibilidade, enquanto rota transnacional, de viver a diversidade ibérica de uma forma intercultural.
- A articulação entre peregrinação, turismo e espiritualidade.
- As possibilidades que oferece para conhecer as paisagens rurais e rururbanas do centro e norte de Portugal e da Galiza (Espanha).
- A vivência compreensiva de um passado presente.

3.2. Fraquezas (Pontos fracos)

- Baixo número de peregrinos a frequentar o CPIS, o que implica uma baixa perceção local do valor do CPIS. “Sem peregrinos não há caminhos” (Paulo Almeida Fernandes, 10-1-2019, Encontro científico sobre o CPIS na UTAD em Vila Real).
- Alguns problemas de sinalização nalguns pontos, bem por falta de setas amarelas ou vandalização de sinais. Vejamos alguns exemplos etnográficos do afirmado:

“Em 26-03-2016 percorremos este troço da rota, que se inicia oficialmente na fronteira com o município de Tondela, cerca da Hípica Montebelo, na freguesia de São Miguel, um ponto no qual desapareceu o primeiro sinal, talvez vandalizado, o que dificulta e cria ansiedade no peregrino. Começamos a caminhar pelas 9.30 horas e num cruzamento tinham roubado o sinal do caminho, após 30 minutos de caminhada atingimos a aldeia de Farminhão (município de Viseu), na qual não encontramos indicações sobre a localização do albergue. Até lá o caminho decorre por caminhos de terra batida, pouco alcatrão e estrada” (Diário de campo, 26-03-2016).

“Magueija celebra a sua festa de São Tiago, no fim de julho. Na aldeia de São Tiago (freguesia de Magueija), o caminho passa após Vila Nova, ainda que há muita confusão na sinalética e por momentos desaparece. Ali há duas figuras de Santiago, uma de Santiago peregrino em madeira no altar maior e outra em pedra, também do Santiago peregrino, com cabaça e uvas, na entrada sul da igreja. Segundo vários locais com os que conversamos, o caminho de Santiago discorre de Vila Nova, por São Tiago, desce pela estrada e a Calçada de Frades, aldeia de Matanças, N-2 e Penude. Há uma grande confusão de sinais neste troço, e desaparecem em muitos troços, caminha-se pela estrada, o que resulta muito duro e perigoso, além da ansiedade que cria a má sinalética. A duração da caminhada foi de 8 horas” (Diário de campo, 8-07-2016).

“Fontelo – Almargem: O traçado está mal sinalizado... a travessia do rio Vouga é perigosa, pois é feita pela estrada nacional, via com muito tráfego automóvel e quase sem bermas” (Almeida Fernandes, 2018: 121).

- O segundo problema importante é a longitude e dificuldade orográfica de algumas etapas “oficiais”, especialmente a de Penude (Lamego) até Bertelo (Santa Marta de Penaguião). A falta de albergues intermédios obriga às vezes a procurar alojamento alternativo em residenciais e hotéis que estão à volta do caminho, o que por outro lado contribui para distribuir territorialmente a riqueza gerada pela caminhada. Portanto

são precisos alguns albergues ou outro tipo de alojamentos orientados a turíperegrinos com distâncias entre eles de 20-25 quilómetros.

- O terceiro problema é a falta de passadeiras de peões para atravessar estradas em zonas urbanas como a cidade de Vila Real, e também a falta de berma e caminho seguro para caminhar à beira da estrada N-2, por exemplo desde Escariz até Vilarinho de Samardã (Vila Real), o que converte a caminhada em uma atividade perigosa face ao intenso trânsito da estrada. Estamos a falar de caminhada, mas o mesmo se aplica aos bicigrinos, isto é, aos peregrinos que fazem uso da bicicleta. Vejamos um exemplo etnográfico disto:

“Em 29-01-2016 fizemos esta etapa, que se inicia na cidade de Vila Real e tem duas possibilidades. A primeira é seguir pela rota oficial assinalada e a segunda é caminhar ou andar em bicicleta pela antiga linha do comboio entre Vila Real e Chaves. A primeira sai do Largo da Câmara Municipal de Vila Real, na Avenida Carvalho Araújo (ao pé da Loja interativa de Turismo, onde carimbam a credencial de peregrino) e segue inicialmente um percurso urbano bem sinalizado com setas amarelas e sinais metálicos, atravessa por um passo inferior a IP-4, passa em Parada de Cunhos, São Dinis, São Pedro, Nossa Senhora da Conceição, Borbela, Adoufe, Escariz (igreja de Santa Bárbara). Benagouro (capela de Santa Ana) e Vilarinho de Samardã. À saída de Escariz não é fácil de visibilizar o desvio à direita por caminhos de terra batida mais seguros do que a estrada N-2, na direção de Benagouro.

Vilarinho de Samardã é a aldeia onde o famoso escritor Camilo Castelo Branco passou a sua mocidade, a capela de Santo Afonso coroa a aldeia e as vistas da cidade de Vila Real e o vale do Corgo. Também conta com um pequeno café e um restaurante (Adega Passos Perdidos). A primeira parte de este percurso deve ser percorrida com muito cuidado do trânsito rodoviário, e a partir de Escariz o percurso discorre em parte pela N-2, o que torna muito perigosa a caminhada, pois falta berma adequada e distância de segurança face aos muitos carros e camiões que passam nessa estrada.

A segunda possibilidade é recomendada em tempo de inverno, deve iniciar-se na antiga estação de comboios de Vila Real e passa por contornos urbanos e rururbanos até Ambres, logo Fortunho e finalmente atinge o antigo apeadeiro dos comboios em Samardã. O percurso está muito cuidado pela Câmara Municipal de Vila Real e é utilizado por ciclistas e locais, não apresentando especiais dificuldades para um caminheiro iniciado. A distância total é de cerca de 12 quilómetros. Ao chegar ao apeadeiro de Samardã encontramos um problema e é o facto de chegar ao meio da “nada”, isto é, não há albergues nem alojamento nas proximidades. Temos duas possibilidades, ou seguir caminho a pé ou em bicicleta até o concelho vizinho de Vila Pouca de Aguiar ou baixar ao rio Corgo e subir até a aldeia

de Samardã, onde um carro de apoio poderá levar-nos novamente até Vila Real para alojamento” (Diário de campo, 29-01-2016).

- O quarto problema é a incompatibilidade entre o Caminho e atividades como montarias de caça (matilhas) nos contornos do caminho como as vividas por nós na etapa de Samardã-Pedras Salgadas. Este conflito de usos e significados da rota é preciso solucioná-lo e geri-lo desde as políticas públicas, pois afeta negativamente à imagem e experiência desta rota transnacional de peregrinação. Para ilustrar este tipo de problemas podemos ler o nosso registo etnográfico em diário de campo:

“Em 30 de janeiro de 2016 saímos de Samardã pelas 11.50 horas e passamos ao pé de um grande eucalipto com um placar comemorativo da visita do Primeiro-Ministro Cavaco Silva em 1994, e também ao lado da casa de Camilo Castelo Branco. Descemos ao rio Corgo por um caminho estreito, calçadado e cheio de água, atravessamos uma pontinha de ferro e subimos até a antiga linha dos comboios Vila Real – Chaves, quando na subida final um caçador com caçadeira gritou-nos e disse-nos para sair de ali que estavam numa montaria de javali e que íamos morrer, que era perigoso e que voltássemos para trás e para fora do caminho pelo qual caminhávamos. Íamos pelo caminho de Santiago disse-lhe em voz alta. Logo ele disparou um tiro ao ar para nos assustar. Atingimos a linha e continuamos a pé, sempre vigiados, durante pelo menos três quilómetros, pelos caçadores” (Diário de Campo, 30-01-2016).

- Um quinto problema detetado é o dos riscos físicos no percurso: caminhos que se estreitam, caminhos atravessados por riachos, ameaças de cães, etc. e que tornam em “aventura” a experiência peregrina. Assim o exemplifica a nossa etnografia:

“Em 10-07-2016 percorremos este troço após ter acordado cedo. Começamos a caminhar pelas 8.03 horas. Os primeiros passos discorrem pela vila de Santa Marta, à beira das Piscinas, os Bombeiros e logo o caminho corta em direção à Quinta de Lamego, primeira subida do dia, a temperatura já com 22 graus centígrados. Continuamos a subida entre vinhedos e deixando Santa Marta atrás; logo caminhamos pelo Caminho dos Torneiros, próximos de Serandelo, e seguidamente descemos por um caminho à beira de um ribeiro afluente do rio Aguilhão. O trajeto tornou-se difícil, angusto e estreito, com muita pendente e vegetação, perigoso, com risco de desprendimentos. Esta parte é muito difícil para bicicletas, e por cima sem sinalética adequada, que só aparece cerca da desembocadura do ribeiro, onde o caminho já se torna mais limpo e cuidado” (Diário de campo, 10-07-2016).

- O sexto problema é a falta de informação *online* mais completa e agregada sobre o CPIS, além da falta de guias detalhados e pormenorizados sobre a rota do CPIS orientados aos potenciais peregrinos internacionais.

“A segunda possibilidade é recomendada em tempo de inverno, e ainda que não há informação clara na web do projeto CPIS, deve iniciar-se na antiga estação de comboios de Vila Real e passa por contornos urbanos e rururbanos até Ambres, logo Fortunho e finalmente atinge o antigo apeadeiro dos comboios em Samardã. O percurso está muito cuidado pela Câmara Municipal de Vila Real e é utilizado por ciclistas e locais, não apresentando especiais dificuldades para um caminheiro iniciado. A distância total é de cerca de 12 quilómetros. Ao chegar ao apeadeiro de Samardã encontramos um problema e é o facto de chegar ao meio da “nada”, isto é, não há albergues nem alojamento nas proximidades. Temos duas possibilidades, ou seguir caminho a pé ou em bicicleta até o concelho vizinho de Vila Pouca de Aguiar ou baixar ao rio Corgo e subir até a aldeia de Samardã, onde um carro de apoio poderá levar-nos novamente até Vila Real para alojamento” (Diário de campo, 29-01-2016).

3.3. Ameaças (Fatores ou forças externas)

- As dificuldades de acessibilidade ao interior de Portugal através de transporte público.
- O desconhecimento externo e internacional da existência do próprio CPIS.
- A não contabilidade e correto registo dos peregrinos do CPIS pela Oficina do Peregrino da Catedral de Santiago de Compostela.

3.4. Oportunidades (Potencialidades)

- A celebração do próximo Ano Santo Compostelano 2021 – Xacobeo 2021.
- O aumento da procura dos caminhos portugueses de Santiago e as possibilidades de re-motivação para o CPIS.
- A nova valorização simbólica do rural interior de Portugal
- A colaboração entre a UTAD e o projeto oficial do CPIS.
- A internacionalização do CPIS.
- A cooperação com outros Caminhos de Santiago.

4. Conclusões e notas finais

Como se foi indicando, o caminho português do interior a Santiago de Compostela apresenta uma série de singularidades que o reconhecem já como património cultural. Se bem é certo que até o século XXI não se começa a sua ativação como elemento patrimonial, a publicação de Arlindo de Magalhães Ribeiro da Cunha (1995) sobre a história dos caminhos portugueses de Santiago é realmente significativa. Os municípios são quem tem de organizar-se e cooperar e a história reconhecida do CPIS serve como ponto de partida e legitimação. Como bem se assinalou, são muitas as forças e potencialidades, ainda que é preciso prestar atenção também aos pontos fracos e às ameaças.

A análise SWOT permite-nos propor as seguintes linhas de ação estratégica:

- Consolidar e/ou criar albergues em lugares estratégicos como Vila Real.
- A divulgação do CPIS em feiras internacionais como o FairWay (Santiago de Compostela) e outras.
- A divulgação do CPIS na web do Xacobeo e outras orientadas aos peregrinos de Santiago, para atingir os potenciais peregrinos.
- Remotivar para o CPIS os peregrinos dos caminhos portugueses litorais e também do Caminho Francês de Santiago de Compostela.
- A elaboração de um plano de marketing orientado ao desenvolvimento do CPIS.
- A articulação entre as autarquias e as empresas de animação turística para promover o turismo.
- O envolvimento dos locais no CPIS, por exemplo através de atividades de teor educativas com escolares ou a realização de bandas desenhadas com conteúdos sobre o CPIS (cf. Carreiro, 2007).
- A criação de uma Comissão de Coordenação dos Caminhos de Santiago portugueses.
- A criação de um observatório ou laboratório sociocultural de análise permanente do CPIS.

Portanto, estamos em disposição de indicar, desde uma visão estratégica do turismo, que o CPIS pode apoiar-se nos seus pontos fortes, principalmente o envolvimento das câmaras municipais e as sinergias que supõe a própria conexão entre a vida sociocultural, as possibilidades ambientais e o CPIS; minimizar as ameaças e fraquezas que supõem principalmente o pouco valor do CPIS devido ao baixo número de peregrinos e o pouco conhecimento desta via para achegar-se a Compostela; e aproveitar as múltiplas potencialidades, principalmente o trabalho de cooperação entre as câmaras autárquicas, a universidade, o próprio projeto oficial do CPIS e suas possibilidades para medrar internacionalmente a partir do Ano Xacobeo 2021.

5. Bibliografia


- Almeida Fernandes, P. (2014). *Caminhos de Santiago, Coleção Portugal, Caminhos de Fé*. Lisboa: Secretariado Nacional para os Bens Culturais da Igreja – Turismo de Portugal.
- Almeida Fernandes, P. (2018). *Guia dos Caminhos de Santiago*. Porto: Porto Editora.
- Baquero Moreno, H. (1986). Vias portuguesas de peregrinação a Santiago de Compostela na Idade Média. *História. Revista da Faculdade de Letras*, 3, 77-89.
- Brochado de Almeida, C. A., e Brochado de Almeida, P. M. (2011). *Caminhos Portugueses de Peregrinação. O Caminho do Litoral para Santiago*. Maia, ISMAI- CEDTUR – CETRAD.
- Briedenhann, J. e Wickens, E. (2004). Tourism routes as tool for the economic development of rural areas - vibrant hope or impossible dream? *Tourism Management*, 25, 71-79.
- Carreiro, P. (2007). *Un peregrino en Melide. Os Bolechas van de viaxe*. Vigo: Promocións culturais galegas SA.
- Cunha Magalhães Ribeiro da, A. (1995). *Caminhos Portugueses de Peregrinação a Compostela. Itinerários portugueses* (Identificação dos caminhos e coordenação da investigação). Santiago de Compostela/Porto, Xunta de Galicia/Centro Regional de Artes Tradicionais.
- Cunha Magalhães Ribeiro da, A. (2001). *Santiago em Portugal. A devoção e a peregrinação*. Vila Nova de Gaia Câmara Municipal de Gaia.
- Cunha Magalhães Ribeiro da, A. (2005). O Caminho português: património e etnografia. In Pardellas, X. (dir.), *Turismo religioso: o Camiño de Santiago* (pp. 49-84). Vigo: Universidade de Vigo.
- Cunha Magalhães Ribeiro da, A. (2011). A devoção e a peregrinação jacobéias em Portugal. *Ad Limina*, II, 85-114
- Cunha Magalhães Ribeiro da, A. (2014). A devoção e a peregrinação jacobéias em Portugal (II). *Ad Limina*, IV, 117-152.
- Cunha Magalhães Ribeiro da, A. (2014). Mestre Aquilino e o Caminho de Santiago. *Ad Limina*, V, 165-179.
- Cunha Magalhães Ribeiro da, A. (2017). O Caminho Português Interior de Santiago de Compostela. In Pereiro, X. (coord.), *Turismo e peregrinação: O Caminho Português Interior de Santiago de Compostela* (CPIS). La Laguna (Tenerife): PASOS edita (em processo de publicação).
- Dahles, H. (1996). The Social Construction of Mokum. Tourism and the Quest for Local Identity in Amsterdam. In Boissevain, J. (ed.), *Coping with tourists. European Reactions to Mass Tourism* (pp. 227-246). Oxford: Berghahn Books.
- De Menezes Tavares, A. (2002). *City Tour*. São Paulo: Aleph.

- Doctor Cabrera, A. M. (2000). Conocer para salvaguardar las ciudades históricas: itinerarios urbanos de Córdoba. In *Actas del Primer Congreso Internacional "Las Ciudades Históricas. Patrimonio y Sociabilidad"* (pp. 61-72). Córdoba: Cajasur.
- Eixo Atlántico (ed.) (2015). *Caminho de Santiago. Estudo dos traçados no Norte de Portugal*. Porto: Eixo Atlántico do Noroeste Peninsular. Recuperado de <https://www.eixoatlantico.com/es/noticias/eixoatlantico/3668-el-gobierno-de-portugal-pone-en-marcha-organo-de-coordinacion-nacional-del-camino-de-santiago>
- Frangiali, F. (1999). Prólogo. In OMT (ed.), *Guía para Administraciones Locales: Desarrollo Turístico Sostenible* (p. 3). Madrid: OMT.
- Gómez J., e G.-Quijano Díaz, C. (2010). *Rutas e itinerarios turísticos en España*. Madrid: Síntesis.
- ICOMOS (2008). *Carta de itinerarios culturales*. Recuperado de https://www.icomos.org/images/DOCUMENTS/Charters/culturalroutes_sp.pdf
- Picazo, C. (1996). *Asistencia y guía a grupos turísticos*. Madrid: Síntesis.
- Hafele, E. (2013). *European Cultural Routes. A practical guide*. Viena, Federal Ministry for European and International Affairs, 2013. Recuperado de <http://www.kpd.lt/uploads/Tarptautiniai%20ry%C5%A1iai/Kult%C5%ABros%20keliai/Cultural%20Routes%20HANDBOOK.pdf>
- Hernández Ramírez, J. (2015). La ruta turística como estrategia de producción de la diferencia territorial. In *Actas IX Jornadas de Patrimonio Histórico y Cultural de la provincia de Sevilla. Itinerarios y rutas culturales* (pp. 111-127). Sevilla: Casa de la Provincia – Diputación de Sevilla.
- Herrero, N. (2011). La posmodernización de la tradición. Nuevos retos para la gestión del patrimonio. *Revista de Antropología Social*, 20, 293-307.
- Margry, P. J. (ed.) (2008). *Shrines and Pilgrimage in the Modern World. New Itineraries into the Sacred*. Amsterdam: Amsterdam University.
- Lois González, R. et al. (coords.) (2014). *New tourism in the 21st century: culture, the city, nature and spirituality*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Marques, J. (1992). O culto de S. Tiago no Norte de Portugal. *Lusitânia Sacra*, 4, 99-148.
- Marx, L. (1964). *The Machine in the Garden: Technology and the Pastoral Ideal in America*. New York: OUP.
- Mota Figueira, L. (2013). *Manual para a elaboração de roteiros de turismo cultural*. Tomar: Instituto Politécnico de Tomar.
- Nogués Pedregal, A. M. (2019). Anthropological contributions to tourism studies. *Annals of Tourism Research*, 75, 227-237.
- OMT (ed.) (1999). *Guía para Administraciones Locales. Desarrollo Turístico Sostenible*. Madrid: OMT.
- UNESCO (ed.). *Report on the Expert Meeting on Routes as a Part of our Cultural Heritage*. Paris: UNESCO. Recuperado de <https://whc.unesco.org/>

[archive/routes94.htm](#)

Vale, L. (2011). As novas paisagens rurais no interior de Portugal. In *Actas de la Mesa de Trabajo “Antropología y Nuevas Ruralidades”*, do XII Congreso de Antropología da FAAEE (sem páginas). León: FAAEE.

Vázquez Mao, X. (ed.) (2009). *Caminhos de Santiago. O Caminho que conduz a mais destinos*. Vigo: Tórculo.



Este livro é resultado do projeto de I&D “Património cultural da Euro-região Galiza-Norte de Portugal: Valorização e Inovação. GEOARPAD” (cf. <https://cpis.utad.pt/>), mas tem a sua base no projeto Cultour plus (cf. <http://www.cultourplus.info/pt/>), no qual participou o CETRAD da UTAD com grande protagonismo e que se detinha sobre o estudo de rotas culturais e de peregrinação na Europa. A publicação representa um passo no caminho do estudo e investigação sobre O Caminho Português Interior de Santiago de Compostela (CPIS), que por ser menos conhecido e de revitalização recente não desmerece atenção científica. As marcas simbólicas de Santiago estão intensamente espalhadas e presentes em todo o Portugal, sendo, especialmente, encontradas no Norte de Portugal e, mais ainda, no interior Norte - zona que o CPIS atravessa. Esta forte presença de ícones jacobeus é, sobejamente, demonstrada nesta publicação pelos diversos autores. Estas marcas de Santiago aparecem muito ligadas à rota do CPIS: paróquias com o nome de Santiago, topónimos, caminhos, ruas, igrejas, capelas, esculturas, pinturas, albergues, hospitais históricos, feiras, lendas, tradições populares...

